



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ICS)

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (ELA)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS
AMÉRICAS (PPGECSA)

MICHELLE ROSA DOS SANTOS

**Somos todas vadias? Articulações e tensões entre raça e
classe na Marcha das Vadias no Distrito Federal**

DISSERTAÇÃO

Brasília

Janeiro de 2025

MICHELLE ROSA DOS SANTOS

Somos todas vadias? Articulações e tensões entre raça e classe na Marcha das Vadias no Distrito Federal

Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos Latino Americanos como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro.

Brasília
Janeiro de 2025

MICHELLE ROSA DOS SANTOS

Somos todas vadias? Articulações e tensões entre raça e classe na Marcha das Vadias no Distrito Federal

Trabalho aprovado. Brasília:

**Prof. Dra. Lília Gonçalves Magalhães
Tavolaro.**
Orientadora

**Professora Dra. Elisabeth Ruano
Ibarra**
ELA - UnB

Professora Dra. Márcia Regina Lima
FFLCH - USP

**Brasília
Janeiro de 2025**

Ao meu irmão, Clayton, você nunca será esquecido.

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que tornaram possível a realização desta dissertação. Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro, por sua orientação, apoio e paciência durante todo o processo. Sua experiência e conhecimento foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço imensamente à minha esposa, Lívia, pelo amor, incentivo e compreensão ao longo de toda essa jornada. Sua presença e apoio constante foram fundamentais para que eu pudesse seguir, mesmo diante dos desafios.

Sou profundamente grato aos meus amigos e familiares, que me acompanharam com palavras de incentivo, conversas enriquecedoras e gestos de carinho ao longo deste percurso. A amizade e o apoio de vocês fizeram toda a diferença, proporcionando força e inspiração nos momentos mais desafiadores.

Além disso, agradeço a todas as mulheres que compartilharam suas experiências e perspectivas, tornando possível a análise aqui apresentada. Suas vozes e narrativas foram fundamentais para a construção deste estudo. Há todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho, seja por meio de apoio moral, discussões enriquecedoras ou auxílio na pesquisa. Cada contribuição foi importante para a concretização deste projeto.

Agradeço à Naná, pela sabedoria e paciência que me ensina diariamente, e a Oxum, por me fazer brilhar e seguir com confiança nesta caminhada.

Resumo

O objetivo desta dissertação é analisar as tensões e articulações em torno de raça e classe na marcha das vadias no Distrito Federal. Para tanto, utilizarei como base teórica a contribuição das teorias feministas, em particular das autoras feministas negras que discutem a questão das intersecções entre gênero, raça e classe no intuito de compreender como ocorreu o processo de organização da marcha e, deste modo, contribuir para a análise das relações entre mulheres negras e brancas na construção dos movimentos em busca da garantia de direitos para todas as mulheres. A pesquisa se situa no debate acerca dos feminismos dentro das ciências sociais, seus avanços e limitações no que concerne os agentes sociais e ao que se propõe enquanto teoria e prática em nossa sociedade. Partindo de uma perspectiva sobre os movimentos feministas como um fenômeno social com atores sociais distintos que convivem dentro de um mesmo campo político, porém com diferenças sociais marcantes, devido a forma como o sistema de opressões se apresenta para as mulheres que atuam nesse campo, para compreender as tensões e articulações entre mulheres negras e brancas e a crítica às prioridades de luta dos movimentos feministas.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Movimentos Feministas, Gênero, raça, Classe.

Abstract

The objective of this dissertation is to analyze the tensions and connections surrounding race and class in the SlutWalk in the Federal District. For this purpose, we will use the theoretical contributions of feminist theories, particularly those of Black feminist authors, who discuss the intersections between gender, race, and class. This approach aims to understand the organizational process of the march and, thereby, contribute to the analysis of relations between Black and white women in the construction of movements seeking to guarantee rights for all women. The research is situated within the debate on feminisms in social sciences, its advancements, and limitations concerning social agents and its proposals as both theory and practice in our society. We approach feminist movements as a social phenomenon with distinct social actors coexisting within the same political field, though with striking social differences due to the ways the system of oppressions manifests for women operating in this field. This perspective allows us to understand the tensions and connections between Black and white women and the critique of the priorities in feminist movements' struggles.

Keywords: Black Women, Feminist Movements, Gender, Race, Class.

Resumen

El objetivo de esta disertación es analizar las tensiones y articulaciones en torno a la raza y la clase en la Marcha de las Putas en el Distrito Federal. Para ello, utilizaremos como base teórica las contribuciones de las teorías feministas, en particular de las autoras feministas negras que discuten la cuestión de las intersecciones entre género, raza y clase. Este enfoque tiene como objetivo comprender el proceso de organización de la marcha y, de este modo, contribuir al análisis de las relaciones entre mujeres negras y blancas en la construcción de movimientos que buscan garantizar los derechos de todas las mujeres. La investigación se sitúa en el debate sobre los feminismos dentro de las ciencias sociales, sus avances y limitaciones en lo que respecta a los agentes sociales y a lo que se propone como teoría y práctica en nuestra sociedad. Partimos de una perspectiva que entiende los movimientos feministas como un fenómeno social con actores sociales distintos que conviven en un mismo campo político, pero con marcadas diferencias sociales debido a la forma en que el sistema de opresiones se presenta para las mujeres que actúan en este campo. Este enfoque permite comprender las tensiones y articulaciones entre mujeres negras y blancas, así como la crítica a las prioridades de lucha de los movimientos feministas.

Palabras clave: Mujeres Negras, Movimientos Feministas, Género, Raza, Clase.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Foto Marcha dos pelados UNB 2009	42
Figura 2 – Imagens da campanha fotográfica – Feminista Por quê?	48
Figura 3 – Dois momentos de expulsão de agressores na Marcha das Vadias-DF: a primeira em 2012 e a segunda nesse ano, minutos antes da expulsão do homem em situação de rua. (Fotos: Túlio Fortuna e Nilton.)	52
Figura 4 – Fragmento do vídeo publicado na página da Marcha das Vadias do Distrito Federal. (registro da MdV-DF.)	53
Figura 5 – Orientações da Marcha das Vadias Distrito Federal 2012.	55
Figura 6 – Dados Brutos das Entrevistas realizadas com 12 participantes do estudo.	58
Figura 7 – Fonte: Página do Wordpress. Disponível em: < https://Marchadasvadiasdf.wordpress.com/campanha-fotografica-feminista-por-que/ >. Acesso em 03 nov de 2024.	73
Figura 8 – Dados Brutos das Entrevistas realizadas com 12 participantes do estudo.	89

Lista de tabelas

Tabela 1 – Quadro de Eixos Temáticos	63
--	----

Lista de abreviaturas e siglas

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CLADEM	- COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER
DF	Distrito Federal
G1	Grupo Globo
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
L2	Avenida do Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal.
LGBTQIAP	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais
MEC	Ministério da Educação
MdV-DF	Marcha das vadias do Distrito Federal
ONG	Organização não governamental
PNAD	Política Nacional Antidrogas
TV	Televisão
UNB	Universidade de Brasília
XIX	Século 19
XX	Século 20

Sumário

	Introdução	12
1	O conceito de feminismo em disputa: Mulheres negras e a interseccionalidade.	16
1.1	A universalidade do conceito de mulher e a crítica das mulheres negras.	21
1.2	Colonialidade e os feminismos latino americanos	26
2	A Marcha das Vadias como a <i>manifestação do espírito do tempo</i>. . .	38
2.1	A Marcha das Vadias no DF	41
3	Perspectivas das ativistas sobre as intersecções de gênero, raça e classe na Marcha das Vadias no DF	57
3.1	Análise das percepções das participantes em três eixos	62
3.2	Um olhar crítico sobre a Marcha das Vadias: Nome, Racismo e conflito racial	67
3.3	Memórias e reflexões sobre a Marcha.	72
	Considerações finais	77
	Referências	80
	ANEXOS	82
	Anexo 1: MANIFESTO 2012 – POR QUE MARCHAMOS? - Carta Manifesto da Marcha das Vadias/DF 2012	83
	Anexo 2: Perguntas norteadoras para as entrevistas:	87
	Anexo 3:Dados brutos das entrevistas	89

Introdução

A trajetória de vida de mulheres negras no Brasil é marcada por desafios estruturais que ultrapassam as barreiras do gênero, sendo atravessada por questões de raça e classe que moldam suas experiências e vivências sociais. Como filha, neta e bisneta de mulheres negras e lavadeiras do interior da Bahia, minha caminhada acadêmica nunca foi prevista como uma possibilidade concreta, tampouco as demandas do movimento feminista, especialmente a partir de uma perspectiva negra, foram apresentadas como alternativas para as diversas lutas vivenciadas por mim e pelas mulheres da minha família. Sendo filha de mãe solteira, vivenciei desde cedo as múltiplas manifestações do sexismo e do racismo, que se expressaram de maneira brutal em uma de suas formas mais perversas: o abuso sexual infantil. Esse contexto evidenciou as batalhas que travaria ao longo da vida e me aproximou de outras mulheres, negras e brancas, que também enfrentaram os desafios impostos pelas opressões estruturais.

Durante a graduação em ciências sociais na Universidade de Brasília (UnB), percebi com nitidez a ausência de uma perspectiva transversal que articulasse as questões de gênero e raça nos espaços acadêmicos e nos movimentos sociais. Esse debate, já amplamente discutido por feministas negras das Américas, chamou minha atenção pela sua relevância e impacto. Foi a partir dessa percepção que me interessei em investigar as articulações e tensões entre raça e classe na Marcha das Vadias, movimento que emergiu como um importante espaço de contestação feminista, mas que também gerou críticas e reflexões a respeito de sua capacidade inclusiva. Assim, esta dissertação se propõe a analisar as tensões e articulações entre mulheres negras e brancas no que tange às dimensões de raça e classe na Marcha das Vadias no Distrito Federal, bem como discutir a pertinência e atualidade das críticas levantadas por diversas ativistas e intelectuais negras sobre o recorte racial e de classe nos movimentos feministas.

A Marcha das Vadias surgiu originalmente em Toronto, no Canadá, em 2011, como resposta à culpabilização das vítimas de violência sexual. No Brasil, a primeira edição

da marcha ocorreu no Distrito Federal em 2012, tendo sido realizada em três edições consecutivas, sendo a última em 2013, com a participação de aproximadamente seis mil pessoas. Apesar da diversidade de participantes nos eventos de rua, a organização da marcha no Distrito Federal foi predominantemente composta por mulheres brancas e de classe média. Esse contexto evidenciou tensões raciais e de classe, pois a falta de inclusão das pautas e necessidades das mulheres negras e periféricas na organização da marcha resultou em um afastamento dessas mulheres do movimento, gerando críticas à sua condução e direcionamento político.

A escolha da Marcha das Vadias como objeto de estudo se justifica pelo fato de que esse evento se tornou um marco nas discussões sobre a liberdade dos corpos das mulheres, trazendo à tona debates que já eram promovidos por ativistas negras a respeito das limitações dos movimentos feministas hegemônicos. A marcha proporcionou a oportunidade de observar como a interseccionalidade – conceito central para esta análise – se manifestou na prática e quais foram os limites e possibilidades desse movimento para incluir as pautas e necessidades das mulheres negras e periféricas. O objetivo deste estudo é, portanto, examinar as articulações e tensões entre raça e classe dentro da Marcha das Vadias no Distrito Federal, bem como compreender o impacto dessas interseções na organização e trajetória do movimento. Além disso, busca-se analisar as percepções de mulheres negras e brancas sobre a marcha e suas reivindicações.

A interseccionalidade, enquanto ferramenta teórica, se apresenta como essencial para compreender as críticas ao feminismo hegemônico, que historicamente tem sido construído a partir de uma perspectiva branca e de classe média. Nesse sentido, a necessidade de ampliar a inclusão de mulheres negras e periféricas no debate feminista é uma das justificativas centrais desta pesquisa. Ao longo desta dissertação, busca-se evidenciar como a exclusão dessas vozes impactou a marcha, levando a tensões internas e, eventualmente, à sua dissolução no Distrito Federal.

Para atingir esse objetivo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semi-estruturadas com 12 participantes, sendo 7 mulheres negras e 5 mulheres

brancas. Além disso, foram utilizadas fontes complementares, como pesquisa documental e análise de redes sociais, permitindo uma reconstrução crítica dos acontecimentos e discursos que marcaram a trajetória da Marcha das Vadias na região.

Por meio de entrevistas semi-estruturadas, busquei compreender o processo que originou a Marcha, seu percurso e as diversas divergências entre ativistas negras e brancas, e, por fim, as circunstâncias que resultaram no fim da Marcha e seus motivos. Essa análise foi essencial para entender as dinâmicas internas do movimento e como as questões de gênero, raça e classe se interrelacionaram nos contextos em que o movimento se desenvolveu. As entrevistas foram divididas em três eixos para agrupar melhor os resultados das entrevistas, são eles: 1- Impacto e alcance da Marcha; 2- Tensões raciais e o nome da Marcha, e 3- Dinâmicas de classe e o fim da Marcha.

As entrevistas realizadas com as participantes da Marcha das Vadias revelaram um perfil majoritariamente composto por jovens universitárias. A localização dessas mulheres também se mostrou um fator relevante para a análise, uma vez que a maioria das entrevistadas era residente do Plano Piloto e de regiões periféricas do Distrito Federal. A partir dessas informações, foi possível compreender como as dinâmicas de exclusão e marginalização operaram dentro do movimento, impactando sua trajetória e adesão ao longo dos anos.

O primeiro capítulo aborda as bases teóricas que sustentaram a pesquisa, discutindo os movimentos feministas e suas disputas internas. São destacadas as contribuições de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks, Angela Davis, entre outras, que criticam a perspectiva branca e eurocêntrica predominante no feminismo. O conceito de interseccionalidade é apresentado como ferramenta para compreender as múltiplas opressões que moldam a experiência das mulheres negras. Além disso, são exploradas as críticas ao conceito universal de mulher e à centralidade das mulheres brancas nos movimentos feministas.

No segundo capítulo, a análise se concentra na Marcha das Vadias como expressão do contexto social e político contemporâneo. A Marcha no Distrito Federal é apresentada

em detalhes, com destaque para sua organização, suas tensões raciais e de classe, e a crítica ao nome do movimento. São discutidos incidentes emblemáticos, como a expulsão de uma pessoa negra em situação de rua do trajeto da última passeata , que revela os desafios enfrentados pelas ativistas em construir um movimento verdadeiramente inclusivo e representativo.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo, examinando as dinâmicas de gênero, raça e classe no contexto da Marcha das Vadias no Distrito Federal. A partir de entrevistas e análises temáticas, o capítulo evidencia as desigualdades estruturais entre mulheres negras e brancas, a limitação do movimento em alcançar as periferias e a crítica ao protagonismo branco nas pautas feministas. Além disso, discute como as tensões internas levaram à descontinuidade da Marcha e à emergência de novas narrativas que priorizam as vozes de mulheres marginalizadas.

Esses três capítulos se articulam para oferecer uma análise crítica sobre a Marcha das Vadias no Distrito Federal, ressaltando a importância de uma perspectiva interseccional na luta por igualdade e justiça social.

1 O conceito de feminismo em disputa: Mulheres negras e a interseccionalidade.

Neste capítulo, discuto os movimentos feministas e as diversas disputas travadas em seu interior, visto a multiplicidade de visões sobre o conceito de feminismo, suas diversas vertentes teóricas e suas mais diversas expressões na sociedade. Assim, tenho como ponto de partida as diversas contribuições teóricas de intelectuais negras e daquelas pessoas que se propõem a pensar a sociedade para além da perspectiva branca e eurocêntrica.

O termo feminismo, inicialmente cunhado por ativistas europeias (JUREM WERNECK, 2005), nasce a partir de demandas históricas das mulheres em torno da garantia de direitos e igualdade em relação aos homens. Seu surgimento na Europa e nos Estados Unidos influenciou as diversas manifestações de mulheres ao redor do mundo. Antes de qualquer construção analítica sobre o tema, precisamos responder um importante questionamento que no imaginário social, mesmo nos meios acadêmicos e políticos, aonde o mesmo nasce e tem terreno fértil para se desenvolver, ainda suscita diversas interpretações: *o que é feminismo?* Para responder a essa pergunta, bell hooks afirma:

Eu queria que tivessem uma resposta para a pergunta “o que é feminismo?” que não fosse ligada nem a medo nem a fantasia. Queria que tivessem esta simples definição para ler repetidas vezes e saber que: “Feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão.” Adoro essa definição, que apresentei pela primeira vez há mais de dez anos em meu livro *Feminist Theory: From Margin to Center*. Adoro porque afirma de maneira muito clara que o movimento não tem a ver com ser anti-homem (hooks, 2018, p.13).

A partir da definição de hooks (2018), compreendemos que a luta das mulheres contra as diversas formas de opressões sociais, que recebeu o nome de feminismo, não se apresenta para sociedade como uma teoria ou movimento social que se propõe a imputar superioridade às mulheres e, sim, lutar por igualdade de oportunidades entre os gêneros e direitos negados a elas ao longo da história. As mulheres, em toda história recente da humanidade, sempre lutaram por igualdade de direitos e oportunidades. O termo feminismo foi utilizado para nomear essa luta (hooks, 2018).

Os movimentos feministas, ao longo das décadas, foram se reformulando e se transformando, ganhando novos contornos para responder às necessidades sociais objetivas das mulheres, na medida que a sociedade também sofreu mudanças. Os momentos históricos ganharam nomes de ondas, uma metáfora muito apropriada para delimitar essa importante luta:

No ano de 1968, a feminista Martha Weinman Lear escreveu um pequeno artigo em um famoso jornal dos Estados Unidos (New York Times) com o título “A Segunda Onda Feminista”. No texto, Lear fazia referência à luta de milhares de mulheres pelo direito de votar, no final do século XIX e início do XX, como uma espécie de “onda” de feminismo, e anunciava que outra havia se formado ou estava em formação. Algumas décadas depois, Rebecca Walker (1992) publicou o ensaio “Tornando-se a Terceira Onda”, no qual defendia que as lutas feministas estavam longe de acabar e comprometia-se a seguir com elas. A metáfora das ondas consolidou-se, então, como uma forma de nomear momentos de grande mobilização feminista (Zirbel, 2021, p.10).

A primeira onda, que surgiu no início do século XX, teve como foco principal de suas reivindicações o direito ao voto feminino e a igualdade de direitos sociais entre homens e mulheres e a segunda onda teve um grande enfoque nos direitos sexuais e reprodutivos femininos, igualdade salarial e a luta contra a violência doméstica, com grande peso nas décadas de 1960 e 1970.

A terceira onda, emergindo a partir dos anos 1990, colocou na centralidade do debate questões antes secundarizadas pelos movimentos feministas, como a interseção das pautas de classe e raça, que ganharam centralidade nos debates dos movimentos e fomentou a *quarta onda*, o momento histórico ao qual o meu objeto de estudo está situado:

A terceira onda, no caso do Brasil, foi impulsionada pela crescente importância da atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs), favorecidas por um contexto internacional mais amplo, de financiamentos internacionais e de discussões nesse âmbito (como as Conferências de Direitos Humanos da década de 1990 e, nesse conjunto, a 4ª. Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, 1995). No Brasil, a Eco 1992 e a tenda Planeta Fêmea marcaram o início da eclosão de Organizações Não-Governamentais feministas, que teve como características a profissionalização e a tecnificação de suas ações, afinadas com as agendas internacionais do gênero (momento em que o termo ganha impulso no Brasil). Essa onda é o momento de formação de ONGs que discutiam questões como raça e diversidade sexual e que, ao fazerem esse trabalho importante, determinaram como a onda seguinte viria a ser (Perez; Ricoldi, 2023, p.4).

Essas novas pautas que emergem nos movimentos feministas, trazem à tona novos olhares e percepções para os movimentos, introduzindo conceitos e análises antes secundarizadas. González (1982) aponta que a posição do indivíduo na sociedade, determina a forma como o mesmo pode compreender as formas de opressões sociais que se apresentam na sociedade, destacando as especificidades das mulheres negras ante ao racismo e ao sexismo:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p.224).

As diversas intelectuais negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, bell hooks, Angela Davis, Ochy Curiel, María Lugones, Sonia Alvarez e tantas outras, ressaltam em suas obras e em seu dia a dia nos movimentos de mulheres negras que as relações sociais das mulheres negras na sociedade são moldadas por múltiplas formas de opressão, todas elas interligadas e articuladas. Essas intelectuais inauguram, assim, um importante campo de análise social sobre a sobreposição de opressões sociais.

É fundamental destacar o papel do feminismo negro nas Américas, onde a experiência histórica da escravidão, da diáspora africana e da colonialidade oferece uma perspectiva particular sobre o feminismo. Essas vivências moldaram uma abordagem única, que reflete a intersecção entre opressões de classe e raça, criando uma forma de resistência profundamente enraizada nas especificidades da vivência das mulheres negras.

Além disso, feministas latino-americanas, têm contribuído para enriquecer esse debate ao reconhecer as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por mulheres negras. Elas sublinham a importância de considerar não apenas a questão de gênero, mas também as dimensões de raça e classe, elementos indissociáveis que influenciam as realidades sociais e políticas das mulheres negras na região, como pontua hooks:

O sexismo, como um sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a) (hooks, 2015, p.197).

Com a diversidade de bandeiras e pautas ao longo da história, várias vertentes dos movimentos feministas foram surgindo, e contradições se apresentando no seio do movimento com perspectivas revolucionárias, reformistas, liberais ou mesmo anarquistas começaram a definir o caráter dos movimentos e intensificar sua polarização, como aponta hooks:

Desde seu início, o movimento feminista foi polarizado. Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante. A noção de “libertação da mulher” que pegou – e ainda está no imaginário do público – era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham. E essa era a ideia mais fácil de realizar. Mudanças na economia do país, depressão econômica, desemprego etc. criaram um clima favorável para que cidadãos de nossa nação aceitassem a noção de igualdade de gênero no mercado de trabalho (hooks, 2018, p.19).

Os movimentos feministas, assim como outros movimentos sociais ao longo da história da sociedade moderna ocidental, foram constituídos por meio de intensas disputas ideológicas. Nessas disputas, os interesses da classe dominante — a burguesia —, detentora do controle econômico e político, bem como as categorias teóricas por ela promovidas, definem as pautas e consignas que mais lhes são convenientes. Dessa forma, as lutas feministas e sociais foram muitas vezes moldadas conforme as prioridades impostas pela burguesia, que se esforçava em manter sua posição de poder e influência sobre o restante da sociedade.

De um lado, vemos feministas tidas como revolucionárias, que idealizaram o movimento a partir de uma ruptura total com o sistema patriarcal, em contrapartida, com outras feministas, com uma visão mais reformista, entendendo que as questões de gênero e as diferenças entre homens e mulheres deveriam ser o cerne do movimento.

Assim como outros movimentos sociais, os movimentos feministas se constituíram como espaços de construção e reprodução de disputas de poder alicerçadas em diver-

sas teorias sociais que determinaram - e determinam ainda nos dias atuais - o rumo do movimento, como evidência Sónia Alvarez:

Os fluxos do campo feminista resultam das suas interações dinâmicas com os campos de poder nos quais ele se insere em uma determinada conjuntura histórica. E tais contextos mais amplos, por sua vez, permitem, facilitam, ou até incentivam certas expressões, discursos, e práticas feministas, ao mesmo tempo em que sempre limitam, disciplinam, circunscrevem, reprimem ou até criminalizam outras. Contudo, as (re)configurações do campo feminista também são produto de mudanças nas alianças e disputas internas e das transformações nas coligações bem como das transformações nas coligações e conflitos com outros campos movimentistas (Alvarez, 2014, p.20).

Os movimentos feministas não se constituíram de maneira isolada ou alheia às diversas desigualdades sociais que caracterizaram a sociedade no momento de sua institucionalização. Pelo contrário, esses movimentos devem ser compreendidos como um reflexo direto das tensões sociais e das contradições que permeavam a estrutura social de seu tempo. A institucionalização dos movimentos feministas foi, em grande medida, moldada pelas condições históricas específicas em que emergiram, nas quais as desigualdades de gênero, classe e raça desempenhavam papéis centrais na organização social. Assim, os feminismos se formaram dentro de um contexto mais amplo de lutas sociais, interagindo com outros movimentos e ideologias, e respondendo às demandas impostas por essas desigualdades.

Na origem dos movimentos feministas, as questões de classe são anteriores às discussões raciais. Nas formulações iniciais sobre o movimento, apenas um grupo seletivo de mulheres brancas e casadas, com formação universitária e com certo poder aquisitivo, tiveram a primazia nas discussões, que pensava a realidade da mulher branca no contexto do “lar” e sua emancipação da família, filhos e marido (hooks, 1995).

Com o avançar das formulações e avanços teóricos acerca dos movimentos feministas, uma das primeiras críticas apontadas por mulheres que não eram situadas no campo hegemônico da sociedade, se configurava na observação, além do gênero, de “outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 1991, p.173).

“As diferenças que fazem diferença”, como apresenta Crenshaw, se tornou uma categoria analítica determinante para compreendermos o debate acerca dos movimentos feministas no mundo. O conceito de interseccionalidade amplia a compreensão sobre a realidade das mulheres e como a intersecção de diversas opressões se materializa na prática cotidiana dos movimentos que visam a emancipação das mulheres e, por conseguinte, da humanidade. Sobre a interseccionalidade, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) afirmam:

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2021, p.17).

O conceito de interseccionalidade nos ajuda a compreender o que talvez seja o maior ponto de tensão apresentado dentro dos movimentos feministas, mesmo nos dias atuais, a compreensão da multiplicidade do que é ser mulher em nossa sociedade. Questões como raça e classe se entrelaçam às dinâmicas de gênero, traçando novos rumos para a discussão sobre as diversas frentes de lutas por garantia de direitos que envolvem todas as mulheres.

1.1 A universalidade do conceito de mulher e a crítica das mulheres negras.

Consolidados a partir das premissas de “direitos iguais”, os movimentos feministas se estruturaram ao longo do século XX, posicionando-se como um dos mecanismos de luta contra as opressões presentes na sociedade. Demandas relacionadas à raça e classe, conceitos centrais nas mais diversas lutas contra as opressões, não caminham mais sozinhas; as questões “da mulher” também começam a permear o imaginário social.

Sabemos, todavia, que o feminismo está longe de representar uma ideia uníssona, porém todas elas convergem na linha de pensamento de que todas as mulheres, em todos os períodos históricos conhecidos, foram relegadas a uma posição de subalternidade ante ao masculino, culminando na exclusão das mesmas dos diversos espaços públicos de nossa sociedade, relegadas sempre ao espaço doméstico.

A “categoria de mulher” (Piscitelli, 2002), da forma universalizante como vem sendo utilizada pelos movimentos feministas, sofreu duras críticas ao longo da história do movimento, muitas ativistas (principalmente as negras) apontam que essa perspectiva, por muitas vezes, referenda o discurso patriarcal, reforçando estereótipos ligados a construção social do que entendemos por mulher.

Luiza Bairos, em seu texto *Nossos feminismos revisados* (1995), apresenta uma importante discussão que pretendemos recuperar aqui: a herança conceitual dos feminismos tradicionais, a partir de três conceitos básicos. Segundo a autora, são igualmente problemáticos: o conceito de mulher, experiência e política pessoal. Sobre eles, a mesma inicia seu debate apresentando a fragilidade do conceito de mulher:

Num determinado momento os conceitos foram úteis para definir uma coletividade e seus respectivos interesses assim justificando o estabelecimento de uma organização política independente. Mas por outro lado mostraram-se inconsistentes quando usados para definir o que nos une a todas enquanto mulheres. . . Tal convergência conceitual é chave para entender-se porque certos feminismos desconsideram categorizações de raça de classe social e de orientação sexual favorecendo assim discursos e práticas voltados para as percepções e necessidades de mulheres brancas heterossexuais de classe média (Bairros, 1995, p.182).

A ideia de experiência, como conceito, também é apresentado pela autora como parte da tríade de equívocos na construção de uma trajetória feminista emancipadora. Esse conceito passa a definir que experiências pessoais poderiam ser universalizadas, ou seja, tomadas como gerais, como podemos ver nos argumentos a seguir:

Há duas versões do pensamento feminista que explicitamente tentam definir a mulher com base em experiências tidas como universais. A primeira coloca a maternidade como a experiência central na identidade das mulheres. . . A ênfase num aspecto compartilhado apenas em caráter biológico como parte integral da identidade feminina reforça noções patriarcais do que é tradicional ou naturalmente feminino apenas atribuindo a estas características um valor superior aquelas geralmente associadas ao homem (Grant 1991: 59). Por outro lado não evita a manifestação de interesses contraditórios como bem demonstram as dificuldades que se tem ainda hoje de definir um entendimento comum para temas como aborto ou até mesmo direitos reprodutivos (Bairros, 1995, p.183).

As feministas negras ressaltam, portanto, que há experiências históricas e sociais que são fundamentalmente diferentes entre as mulheres brancas e negras. E que não são contempladas pelo discurso feminista hegemônico. Por exemplo, o mito da fragilidade

feminina, que se coloca como uma das pautas de luta dos movimentos feministas, não diz muito sobre as mulheres negras, visto que estas têm sido associadas preferencialmente a trabalhos pesados e à hipersexualização – vide as representações das mulheres negras como “mulatas” ou “domésticas”, ou mesmo o fato de que desempenham muitas vezes os mesmos trabalhos delegados os homens (Gonzalez; Hasenbalg, 1982; hooks, 1995).

As mulheres negras têm seus corpos e identidades nomeados a partir de sua “utilidade” social, demonstrando que o racismo articulado ao sexismo produz uma forma de opressão própria das mulheres negras, gerando uma realidade social experienciada somente por elas, como enfatiza Gonzalez:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (Gonzalez, 1988, p.228).

Para além da crítica, ativistas negras reivindicam narrativas que deslocam a centralidade e o protagonismo das mulheres brancas na luta contra as desigualdades de gênero. Werneck (2008) é uma delas, e alega que a luta das mulheres negras não se inaugura a partir da “invenção” do termo feminismo. As mulheres negras, para ela, protagonizam lutas contra opressões e por justiça social desde um passado anterior à escravidão, com legados para os espaços que ocupam no território brasileiro. Em sua visão, dentro das matrizes africanas, as mulheres negras se colocavam como agentes públicos, senhoras dotadas de poderes políticos e místicos, as chamadas lalodês, *“Esta figura foi representada em território brasileiro, no interior das comunidades tradicionais religiosas, passando a habitar a esfera do sagrado”* (Werneck, 2006, p.79).

A autora ressalta a diversidade de atividades políticas e militantes de distintas mulheres negras, bem como uma construção histórica e de luta dissonante das mulheres brancas, e partindo de uma construção identitária ligada não somente a uma perspectiva

de gênero. A partir daí, questiona-se se é suficiente nomear as distintas lutas de mulheres negras de “feminismo” (Werneck, 2005)

As múltiplas ações políticas que empreendemos atravessam diferentes níveis de atuação, diferentes campos da existência, marcadas por encontros conflituosos ou violentos com o ocidente, com o patriarcado, com o capitalismo, com o individualismo... É suficiente chamar isso de feminismo? (Werneck, 2005, p.1).

A própria autora nos responde, dizendo que toda a trajetória de luta das mulheres negras pode sim ser encarada como um feminismo, porém:

[...] provocando uma contradição indissociável em seu interior, uma vez que se coloca em confronto com as posições de privilégio ou de dominação” (Werneck, 2005, p.2).

Posições que, muitas vezes, não são reconhecidas por mulheres brancas, que se escoram em estereótipos racistas de que as mulheres negras tecem críticas porque são “agressivas” e “criadoras de caso” (Werneck, 2006 apud Bairros, 1995).

Assim como Jurema Werneck, outras autoras e ativistas travam um diálogo com os movimentos feministas sem abdicar do termo, mas reivindicam que estes se “enegreçam”. Para elas, as mulheres negras se inserem no movimento feminista trazendo uma nova forma de pensar o combate às hierarquias e desigualdades de gênero, aportando um novo olhar para um movimento que tinha apenas como foco as mulheres brancas:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (Carneiro, 2003, p.118).

Fica, então, perceptível tanto para as mulheres negras quanto para os movimentos feministas, que a articulação entre esses grupos coloca um grande desafio para ambos. A solidariedade entre mulheres não se estabelece de forma imediata aos entes participantes desses movimentos, mas sim com base em uma grande discussão em relação a essas dinâmicas, da mesma forma como as mulheres negras com o movimento negro precisam

introduzir as especificidades de gênero, para que haja uma garantia de que as agendas desses movimentos se coloquem também a serviço das mulheres negras. Por isso, Sueli Carneiro conclui que,

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas” (Carneiro, 2003, p.119).

Angela Davis, uma importante ativista e intelectual negra, também faz uma reflexão sobre o caráter universalizante do conceito de mulher que algumas vertentes dos movimentos feministas representam. A autora também coloca em xeque a origem dos movimentos feministas, no que tange a ideia de representação de todas as mulheres por mulheres brancas e de classe média, que em nada abarca a realidade das mulheres negras.

Em seu livro *Mulheres Negras, Raça e Classe*, Angela Davis também chama a atenção para as demandas das mulheres negras e as questões raciais e a dinâmica atribuída ao mito do negro violador, sendo a ideia de violação uma grande arma racista contra os homens negros, esse mito assim como o da negra má são fruto do mesmo aspecto da sociedade, como aponta a autora:

“O mito do violador negro da mulher branca é gêmeo da mulher negra má – ambos desenhados para a apologia da facilidade de continuar a exploração dos homens negros e mulheres. As mulheres negras perceberam esta conexão muito claramente e estavam desde cedo na frente na luta contra o linchamento” (Davis, 2016).

A partir das novas dinâmicas estabelecidas pelas mulheres negras nos movimentos feministas, há uma demanda por revisões teóricas e da própria dinâmica e prioridades nas ações do movimento, com revisões que reconheçam a importância de outras opressões e hierarquias sociais, como pontua Sueli Carneiro:

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético

que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (Carneiro, 2003, p.119).

Dessa forma, quando os movimentos feministas começam a interagir com outras demandas, a partir das necessidades de outros grupos e enegrecendo o feminismo (Carneiro, 2003), outras perspectivas são colocadas para a luta dos feminismos nas Américas e no Brasil. Partindo da compreensão de que as mulheres negras tinham suas demandas específicas, em detrimento dos movimentos feministas e o movimento negro, as mulheres negras colocaram em xeque a realidade dos movimentos que pautam as lutas por garantias de direitos no Brasil:

Os movimentos negros, os movimentos feministas e de mulheres e também os movimentos de mulheres negras vêm insistindo, em suas lutas políticas, na afirmação de que as desigualdades de gênero e raça no Brasil não são pontuais, mas articulam-se cultural e historicamente desde a fundação e, ao longo do tempo, na (re)configuração das desigualdades sociais brasileiras (Almeida; Pereira, 2012, p.48).

As demandas e desafios lançados pelas intelectuais e ativistas negras que descrevemos nas linhas acima desta dissertação inicia nossa jornada epistemológica na busca por apontamentos e respostas a demandas históricas dos movimentos feministas, na tentativa de compreender e alcançar a demanda das mulheres, não como um conjunto universal, mas em toda a sua multiplicidade e diversidade de trajetórias e histórias, na certeza que a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva passa pelo entendimento de todas as identidades femininas, sem que nem uma delas deixe se ser absorvida.

1.2 Colonialidade e os feminismos latino americanos

Ao longo das últimas décadas, diversas intelectuais e ativistas tem se dedicado a compreender as complexas dinâmicas dos movimentos feministas na América Latina e como as relações entre mulheres negras e brancas moldaram e foram moldadas por

esses movimentos. Fenômenos como a colonialidade e a escravidão se colocam como fundamentais para compreendermos o cenário dos movimentos feministas no Brasil e na América Latina.

A articulação entre gênero e raça, nesse contexto, revela como as opressões se entrelaçam, dificultando a emancipação plena de todas as mulheres. Assim, ao analisar as narrativas e as lutas das mulheres negras, torna-se evidente que suas experiências são frequentemente marginalizadas nos discursos hegemônicos do feminismo, o que exige uma reavaliação crítica das prioridades e das agendas dos movimentos. Esse reconhecimento não apenas enriquece o debate feminista, mas também oferece uma oportunidade para que todas as mulheres, independentemente de sua origem, se unam em busca de um futuro mais equitativo e justo.

A formação das sociedades americanas, que adveio do processo de construção colonial estabelecendo posições sociais distintas para todos os sujeitos que aqui habitavam, é um fator relevante para compreender esse processo de construção dos indivíduos e grupos sociais a partir do processo de colonização, como apontam Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel:

... Tornou-se evidente a centralidade do conceito de colonialidade do poder, entendido como a ideia de que raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo (Wallerstein, 1990: 289). Dentro desse novo sistema-mundo a diferença entre conquistadores e conquistados foi codificada a partir da ideia de raça (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p.4).

A estrutura imposta pelo advento colonial determinou diversas identidades e papéis sociais, moldando as hierarquias sociais. Esse arranjo não apenas definia as relações entre os diferentes grupos, mas também estabelecia normas rígidas que regulavam o comportamento e as expectativas de cada indivíduo. A colonialidade do poder também imprime um papel indissociável entre raça e classe, como duas formas de estratificação, que combinadas, determinam uma a outra constituindo uma divisão racial do trabalho.

Dentro desse contexto, o processo de exploração foi cuidadosamente arquitetado, refletindo as hierarquias sociais estabelecidas. Cada ente da sociedade era compelido a

“encenar” seu papel conforme as exigências do sistema, o que gerava um ambiente de submissão e opressão, onde a posição social era fundamental para a sobrevivência e a legitimação da identidade.

Além disso, essa organização social impacta a própria existência de determinados grupos, relegando-os a condições de invisibilidade e marginalização. Dessa forma, a colonialidade não apenas delinea os contornos das relações sociais, mas também perpetua dinâmicas de poder que ainda reverberam nas sociedades contemporâneas, exigindo uma reflexão crítica sobre os legados históricos que continuam a influenciar as vivências das mulheres negras e de outras minorias.

Se essa não fosse uma dominação apoiada em esquemas patriarcais heterossexistas e em condições de extrema exclusão. Se tais esquemas de dominação, apoiando-se nas regras da modernidade capitalista (e neoliberal) não demonstram um vigor contemporâneo. E se a resistência a estes cenários não fosse um imperativo de sobrevivência, talvez não houvesse mulheres negras (e, é claro, não apenas nós)” (Werneck, 2010, p.152,153).

Quando penso no processo escravista, intimamente ligado ao colonialismo já estabelecido nas Américas, é impossível ignorar a origem da discriminação racial e sua influência direta na formação desse continente. Essa discriminação não apenas moldou as estruturas sociais, mas também perpetuou desigualdades que se manifestam até os dias de hoje.

Além disso, o fenômeno da xenofobia surge como uma extensão dessa lógica racista, revelando como o medo do “outro” se entrelaça com a opressão de grupos marginalizados. Essa interconexão entre xenofobia e racismo é fundamental para compreender a complexidade das relações sociais nas Américas, onde a busca por identidades e pertencimentos se torna um desafio constante.

Sobre essa temática, Nah Dove destaca que a continuidade da transferência, retenção e unidade cultural pode ser vinculada ao desenvolvimento de comportamentos e ideologias racistas, manifestando um medo das diferenças e dos estrangeiros. Essa perspectiva nos convida a refletir sobre como as narrativas históricas e sociais ainda influenciam as percepções contemporâneas, exigindo uma análise crítica das interseções entre raça, etnia e cultura na construção das identidades americanas.

Ao olharmos para a continuidade da transferência, retenção e unidade cultural, é possível ligar a xenofobia ao desenvolvimento posterior de comportamentos e ideologias racistas, que podem ser vistos como a manifestação de um medo de estrangeiros ou das diferenças (Dove, 1998, p.11).

Com a constituição das Américas e o processo de colonização, a ideia de raça emergiu como um marco fundador das relações sociais estabelecidas no continente recém-descoberto. Essa noção racial tornou-se central para a compreensão das dinâmicas sociais, moldando não apenas as interações entre os indivíduos, mas também definindo hierarquias que perduraram ao longo da história.

Como aponta Quijano, a questão racial se configura como um ponto de partida indispensável para qualquer análise que busque compreender as complexidades das sociedades americanas. A partir dessa perspectiva, é possível perceber como as identidades sociais foram construídas e redefinidas em função das relações de poder, revelando um panorama em que raça e classe estão intrinsecamente entrelaçadas.

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (Quijano, 2005, p.117).

A formação da mulher negra como ser social está atrelada à própria constituição colonial do gênero, que organiza diversas hierarquias sociais entre as mulheres, e que serão determinantes na história social das Américas e para as mulheres negras, que são atingidas pela dualidade do eurocentrismo, como exemplifica (Quijano, 2005).

Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às

diferenças entre Europa e não Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo (Quijano, 2005, p.122).

Dentro dos marcos do dualismo estabelecido pelo eurocentrismo e pela modernidade, que fundamenta todo o processo de exploração, a ideia de que as diferenças sociais são, na verdade, decorrentes de diferenças naturais entre os seres humanos é perpetuada. Essa lógica, ao ser atrelada à noção de raça, acaba por vincular a concepção do trabalho feminino negro à imagem da mulher negra de forma estereotipada. Esse vínculo, por sua vez, delimita novos contornos para a exploração sofrida por essas mulheres, reforçando a opressão com base em uma construção social que naturaliza a desigualdade e justifica a exploração a partir de pressupostos raciais, como aponta Quijano:

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (Quijano, 2005, p.119).

Quando vemos uma trabalhadora doméstica, ou a dita mulata do carnaval, sabemos que esses signos foram herdados por elas de suas irmãs negras mucamas, pois a constituição da mulher negra na estrutura social não se alterou apenas mudou de nome. Maria Lugones afirma que a construção do que entendemos por gênero e raça é parte constituinte da colonialidade, ela diz:

Problematizar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre ele e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade e as características desse sistema de gênero. A redução do gênero ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica, apresentada como biológica, e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como “atribuída de gênero” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para europeus/eias brancos/as e para colonizados/as não brancos/as. A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas (Lugones, 2020, p.72).

Nesse sentido, a colonização emerge como um dos momentos fundantes das relações sociais nas Américas, amparadas no racismo, xenofobia e no capitalismo, mas também em esquemas patriarcais, heterossexistas e excludentes (Werneck, 2010). E

é justamente a combinação de opressões que conforma o grupo social mulheres negras, inclusive: As mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultados [...] das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão e expropriação cultural [...] (Werneck, 2006).

Assim como acontece em outras relações sociais na América Latina, os movimentos feministas na região foram historicamente dominados por uma hegemonia de mulheres brancas, em sua maioria de classe média. Essa predominância resultou em um direcionamento das pautas e lideranças que não contemplava a diversidade das experiências femininas, refletindo uma visão restrita do feminismo.

Essa abordagem priorizava demandas de emancipação social e econômica que, frequentemente, se concentram nas necessidades de um grupo relativamente privilegiado. Como aponta Alvarez, essa limitação do discurso feminista evidenciou a exclusão de vozes e experiências de mulheres de classes populares, negras e indígenas, que enfrentam múltiplas opressões e cujas demandas merecem ser incorporadas para um feminismo mais interseccional e abrangente (Alvarez *et al.*, 2003).

Como a feminista peruana Maruja Barrig sugere, as origens da segunda onda do feminismo na Esquerda fizeram-nas “tributárias de uma tradição marxiana de interpretação da nação que subsumiu o étnico-cultural sob categorias rígidas de proletários, camponeses e estudantes”, o que “cegou” a maioria das ativistas brancas/mestiças para as desigualdades de raça e etnia entre as mulheres. Apesar da falta de discussão sobre raça desde o início, Sergia Galván observa que as mulheres negras têm participado dos Encontros e se reunido desde 1983: “A questão étnica/racial tem encabeçado a lista de nós e ausências na agenda do feminismo latino-americano, apesar do fato de que, a partir de 1983, as mulheres negras presentes nos Encontros tentaram abrir espaços nas agendas; contudo, é claro que [fazemos isso] da periferia e de uma posição minoritária, onde nos sentimos com a obrigação de agir dessa forma. As mulheres indígenas têm feito o mesmo nos últimos dois Encontros [em 1990 e 1993]” (Alvarez *et al.*, 2003, p.564).

A partir da década de 1980, o cenário do movimento feminista latino-americano começou a apresentar tensões internas, à medida que mulheres negras, indígenas e de classes sociais menos favorecidas começaram a reivindicar a inclusão de suas demandas. Essas reivindicações não se limitavam ao enfrentamento do patriarcado, mas se expandiam para abarcar a luta contra o racismo estrutural e a opressão de classe, refletindo a necessidade de um feminismo que reconhecesse a diversidade das experiências femininas.

Com a crescente influência do pós-colonialismo e dos estudos de gênero, as vozes dissidentes dentro do feminismo latino-americano ganharam força, desafiando a hegemonia branca que predominava no movimento. Esse novo impulso reivindicava um feminismo mais interseccional e inclusivo, capaz de considerar as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres, promovendo, assim, uma luta coletiva que valorizasse as particularidades de cada grupo e suas experiências únicas.

Surgiu a partir das intervenções das feministas não-brancas, particularmente as feministas negras. Argumentando que a opressão das mulheres não poderia ser entendida unicamente pelo viés da diferença de gênero, feministas negras, judias, lésbicas, operárias, do “Terceiro Mundo” e chicanas, entre outras (ou uma mistura de todas essas categorias) demandaram atenção para as diferenças múltiplas entre as mulheres, abrindo, portanto, o espaço para o que mais tarde veio a ser denominado abordagem interseccional, a qual expandiu o conceito de gênero e passou a formulá-lo como parte do conjunto heterogêneo das relações móveis, variáveis e transformadoras do campo social. Os escritos de Anzaldúa são precursores dessa visão interseccional dentro do feminismo contemporâneo. Para maiores explorações sobre a discussão norte-americana do “feminismo da diferença” (Costa; Ávila, 2005, p.693).

Os anos 80 marcaram o início dos Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos, que, conforme aponta a análise detalhada de Alvarez (Alvarez *et al.*, 2003) se tornaram espaços cruciais para o debate e a articulação de diferentes correntes feministas na região. Esses encontros foram permeados por tensões e conflitos, especialmente no que diz respeito à inclusão de mulheres negras, indígenas e de classes populares, revelando as limitações do discurso feminista predominante no contexto latino-americano.

Nesse cenário, questões de raça e classe se entrelaçaram nas demandas apresentadas, evidenciando a diversidade das vozes participantes. Além das pautas gerais, surgiram reivindicações específicas, como a discussão sobre a linguagem utilizada e a imigração africana, apontando para a necessidade de um feminismo mais abrangente e atento às nuances das experiências vividas por todas as mulheres.

O efeito restritivo do uso hegemônico do espanhol sobre a participação de mulheres não falantes da língua não foi nada novo (especialmente para as falantes de português). Contudo, isso foi muito acentuado em Juan Dolio, como resultado das relações geopolíticas entre o Haiti e a República Dominicana, e a inevitável conjunção de questões de raça e língua nessa situação, assim como a contínua falta de uma discussão consistente sobre o racismo em Juan Dolio. A necessidade de se examinar questões de raça e outras questões da diversidade de maneira mais aprofundada em Encontros futuros foi colocada em um manifesto lido por um

grupo de mulheres de ascendência africana, nas quatro línguas faladas no Encontro. Finalmente, a presença e o discurso de mulheres da diáspora latino-americana e caribenha, com uma sensibilidade aguçada para as questões do racismo e da migração, e, conseqüentemente, para a condição das imigrantes haitianas na República Dominicana, certamente atizaram a fogueira das discussões (Alvarez *et al.*, 2003, p.567).

Outro tema ganhou centralidade no período para os encontros feministas, diversas discussões sobre quem, de fato, poderia ser considerada feminista tornaram-se pauta recorrente em múltiplos momentos de diálogo. O tema da inclusão de diferentes perfis de mulheres no debate feminista tornou-se uma questão central durante o terceiro encontro em Bertioga, Brasil. Nesse contexto, um grupo de mulheres oriundas de favelas do Rio de Janeiro participou do evento, exigindo sua inclusão e reacendendo a discussão sobre o processo de representação e participação dentro do movimento feminista (Alvarez *et al.*, 2003).

O quarto encontro, em Taxco, México (1987) fomentou mais uma vez a discussão sobre pertencimento e legitimidade ao movimento, isso porque várias ativistas históricas do movimento, levantaram que o encontro não deveria ser uma “escola feminista” ou para “as massas”. Como desfecho da discussão em torno da inclusão de mulheres de camadas mais populares, negras e indígenas, foi feita uma proposta de se realizar dois encontros, uma para feministas e outro, para o movimento de mulheres, ao qual a resposta *se deparou com um coro de centenas de mulheres cantando “Todas somos feministas”, o que permitiu uma maior percepção de que o feminismo não ‘pertence’ a ninguém* (Alvarez *et al.*, 2003).

Com base na concepção de que todas as mulheres são feministas, a ideia de expansão do movimento marcou o próximo encontro, realizado em San Bernardo, Argentina, em 1990. Com a participação de aproximadamente 3.200 mulheres, esse evento tornou-se o maior encontro já realizado até então, reunindo um amplo espectro de vozes e experiências.

O encontro contou com a presença de mulheres de diversas organizações, partidos políticos, redes emergentes e até ministérios de mulheres, refletindo a diversidade e a riqueza das contribuições que cada grupo trouxe para o debate. Essa confluência de partici-

pantes destacou a importância de unir diferentes perspectivas em prol de um feminismo mais inclusivo e abrangente.

Nos encontros seguintes (Costa del Sol, El Salvador (1993); Cartagena, Chile (1996); e Juan Dolio, República Dominicana (1999), o tema da autonomia feminina ganha novos contornos e questionamentos acerca da autonomia do movimento e também questionando a “fidelidade de algumas ativistas:

A questão sempre contenciosa da autonomia agora viria girar em torno de um novo eixo: o engajamento cada vez maior de algumas feministas em instituições políticas nacionais e internacionais – visto por algumas como um “passo necessário” para o avanço da agenda transformadora feminista, mas também visto por outras como um desvio perigoso em direção ao “patriarcado global neoliberal” ou, até mesmo, em conluio com esse patriarcado. As tensões em torno de quem seria incluída na comunidade feminista ‘verdadeira’ (mesmo que sempre ‘imaginada’) também foram novamente colocadas nos Encontros regionais de Costa del Sol e Cartagena sob essa mesma perspectiva: deveriam as militantes agora predominantemente envolvidas em arenas de políticas ‘masculinistas’ ser vistas simplesmente como a vertente da advocacy do movimento, ou estariam elas se ‘vendendo’, ou, pior ainda, seriam elas ‘traidoras’ da causa feminista? (Alvarez *et al.*, 2003, p. 550).

A partir dessas discussões, “uma divisão” foi estabelecida nos encontros, as *institucionalizadas* e as *autônomas*, que se fortaleceu principalmente no Chile, não sendo uma demanda que tenha ganhado contornos regionais por completo, por isso não se pode dizer que existe uma vertente de feministas autônomas, por assim dizer, na região.

O oitavo encontro, realizado em Juan Dolio, República Dominicana, em 1999, considerado o último do milênio, foi marcado pela presença de diversas ativistas jovens ultrapassando as fronteiras da geração. O fato de mais ativistas jovens se voltarem para as pautas feministas tem sua influência nas organizações dos movimentos estudantis, a própria revolução zapatista em 1994 e os diversos programas de estudos nas universidades.

Além disso, as questões de classe e raça, que permeia os debates nos encontros feministas, revelam a urgência de um feminismo que não se limite a uma abordagem universal. O feminismo negro emerge, assim, como uma corrente crítica que desafia a hegemonia de um feminismo que frequentemente se concentra nas experiências de mulheres brancas e de classes médias, ignorando a complexidade das realidades enfrentadas por mulheres negras

e indígenas, que vivem na interseção de múltiplas opressões. Essa crítica é essencial para a construção de um movimento feminista que não só reconheça as especificidades históricas e culturais da América Latina, mas que também amplifique as vozes marginalizadas dentro do próprio movimento.

O reconhecimento das questões de classe é igualmente vital. A luta das mulheres negras e de classes populares não pode ser dissociada do contexto socioeconômico em que se inserem. As desigualdades de classe impactam diretamente as experiências de opressão enfrentadas por essas mulheres, tornando essencial que o feminismo latino-americano integre a luta contra a pobreza e a exclusão social em sua agenda. Essa integração é fundamental para garantir que as demandas por justiça social e igualdade de gênero caminhem lado a lado, refletindo a realidade de uma população que, muitas vezes, é deixada à margem das discussões feministas. A demanda acerca da sobreposição das diversas formas de opressão nos debates sociais, foi uma demanda que imergiu no interior dos próprios movimentos feministas e esse debate ressurgiu no momento da Marcha das Vadias, sinalizando sua importância.

Assim, a importância dos movimentos feministas negros na América Latina reside não apenas em sua capacidade de desafiar as estruturas patriarcais e racistas, mas também em sua contribuição para a construção de um feminismo mais interseccional e inclusivo. Ao abordar as complexidades das identidades sociais, as ativistas negras oferecem novas perspectivas e abordagens que enriquecem o discurso feminista, promovendo uma luta tanto pela equidade de gênero quanto pela igualdade de classe e raça. É através desse olhar crítico e multidimensional que o feminismo pode realmente se afirmar como um movimento que abraça todas as mulheres, reconhecendo suas lutas únicas e entrelaçadas em um contexto de opressão sistemática.

Em suma, os movimentos feministas negros são fundamentais para a reconfiguração das lutas feministas na América Latina. Ao desafiar a homogeneização e a exclusão, esses movimentos não apenas enriquecem o debate, mas também impulsionam uma transformação social necessária, que considera as particularidades de classe, raça e

gênero. O futuro do feminismo na região depende de sua capacidade de ouvir, aprender e se adaptar às demandas de todas as mulheres, reconhecendo a força coletiva que emerge dessa diversidade.

Os Encontros Feministas Latino-Americanos, ao longo das últimas décadas, tornaram-se espaços fundamentais para o fortalecimento e a articulação de diversas correntes do feminismo na região. Esses encontros possibilitaram não apenas a troca de experiências e estratégias de luta, mas também a inclusão de vozes frequentemente marginalizadas, como as de mulheres negras, indígenas e de classes populares. A partir das reflexões e discussões ali promovidas, emergiu uma crítica contundente à hegemonia de um feminismo eurocêntrico, evidenciando a necessidade de um movimento mais interseccional que considerasse as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada contexto. Nesse sentido, esses encontros contribuíram para a construção de uma base sólida de ativismo feminista que se alinha com as demandas contemporâneas por justiça social e igualdade.

A quarta onda do movimento feminista, que se intensificou nas últimas décadas, é caracterizada pelo uso das redes sociais como plataforma para mobilização e conscientização sobre questões de gênero, sexualidade e raça. Esse novo paradigma comunicacional ampliou o alcance das reivindicações feministas, permitindo que grupos diversos se conectassem e compartilhassem suas lutas. A Marcha das Vadias, que surgiu como uma resposta direta à cultura de culpabilização das vítimas de violência sexual, exemplifica essa nova dinâmica. Através de slogans e manifestações criativas, as participantes reivindicam a liberdade de expressão e o direito de circular em espaços públicos sem medo, desafiando não apenas o machismo, mas também normas sociais que buscam silenciar e submeter as mulheres.

Essas manifestações refletem uma interseção significativa entre as lutas feministas latino-americanas e a quarta onda do feminismo global, mostrando que a resistência se adapta e se transforma em diferentes contextos. A Marcha das Vadias, ao enfatizar o empoderamento feminino e a liberdade dos corpos, ressoa com as propostas discutidas nos Encontros Feministas Latino-Americanos, onde a diversidade e a inclusão são centrais

para a construção de um movimento feminista que represente todas as mulheres. A Marcha das Vadias no distrito Federal se tornou uma expressão de todas as discussões e críticas que rodeia os movimentos feministas e a mesma que pretendo examinar daqui em diante.

2 A Marcha das Vadias como a *manifestação do espírito do tempo*.

Ao procurar uma ideia que traduza a Marcha das Vadias, nada contempla tão bem a minha percepção como a expressão *zeitgeist*¹ ou “A manifestação do espírito do tempo”, um conceito apresentado a mim por uma das ativistas entrevistadas para o presente trabalho. A Marcha representou toda a insatisfação e rebeldia das mulheres jovens de nosso tempo, que cresceram em relação a uma mídia que hipersexualiza o corpo das mulheres, em particular das mulheres negras e, simultaneamente, prega uma moral cristã que demoniza toda expressão de liberdade feminina.

O movimento *Slutwalk*, apropriado no Brasil como Marcha das Vadias, surgiu no Canadá, em 2011, quando jovens mulheres universitárias se uniram para protestar contra a declaração de um policial canadense, em relação a casos recorrentes de estupro no *campus* da Universidade de Toronto. O policial chamado Michael Sanguinetti (Mcnicol, 2012) havia afirmado que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* - termo que no português pode ser traduzido para “vagabundas”, “putas” ou “vadias” (Rush, 1995).

A Marcha das Vadias no mundo, representou um dos maiores levantes feministas dos anos 2000, transformando-se em um movimento mundial, que apresentou inúmeras reivindicações, ultrapassando os limites dos estados, países e continentes, mostrando que a luta das mulheres por respeito ainda é uma demanda atual e mundial.

Lembramos, também, que o período do início da segunda década dos anos 2000 foi marcado por inúmeros processos de mobilização social, em vários países. É assim com a chamada Primavera Árabe, as ocupações de praças em Portugal, Estado Espanhol e as manifestações massivas na Grécia. O contexto desse processo pode ser compreendido a partir das repercussões socioeconômicas e geopolíticas da crise econômica exposta

¹ A expressão “Zeitgeist” é um termo em alemão que significa “espírito do tempo” ou “espírito da época”. Refere-se ao clima intelectual, cultural, ético e político de uma determinada era ou período, capturando as ideias, sentimentos e valores predominantes em um momento específico da história. O “Zeitgeist” de uma época influencia a arte, a literatura, a filosofia, a moda e até mesmo o comportamento social das pessoas dessa era.

entre 2007 e 2008, tendo como seu estopim o colapso da bolha do mercado imobiliário dos Estados Unidos.

Para além da crise anunciada pela grande mídia, uma pesquisa produzida pela Fundação Perseu Abramo mostra que houve um aumento significativo no número de mulheres que se consideram feministas no Brasil, sendo as mais jovens as que mais se declaram como feministas, 40% das jovens entre 15 e 17 anos confirmaram a declaração, seguidas por 37% das jovens entre 25 a 34 anos. Os dados da pesquisa apontam que entre os anos de 2001 a 2010 o número de mulheres que se declaram feministas subiu de 21% para a marca 31% (Abramo, 2010).

Com base nos dados apresentados, é possível observar que os movimentos feministas contemporâneos adquiriram novos contornos, especialmente com a inclusão de jovens ativistas que se aproximam desses movimentos. Essas novas gerações herdaram diversos debates da militância anterior, mas também enfrentam a responsabilidade de organizar e consolidar o movimento em torno de demandas fundamentais que ainda permanecem sem resposta. Além disso, são confrontadas por novas pautas que emergem em meio a transformações culturais e sociais significativas, exigindo respostas que reflitam as complexidades atuais.

Um dos principais focos da Marcha, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, foram a luta contra os abusos sexuais. Esta é uma questão que mobilizou mulheres brasileiras por muitos anos e continua a ser um tema central nos dias atuais, evidenciando a persistência de práticas de violência de gênero e a necessidade de políticas mais eficazes para a proteção e o empoderamento das mulheres. Nesse sentido, a Marcha se apresentou como um poderoso instrumento de resistência e reivindicação, dando visibilidade às demandas femininas e articulando uma plataforma de luta que abarca uma diversidade de causas e perspectivas.

Com o crescimento e a consolidação da Marcha ao redor do mundo, o movimento passou a atrair o apoio de uma ampla gama de grupos e organizações progressistas, que

se identificam com os valores e objetivos feministas e compartilham da luta por justiça social e igualdade. Dentre esses aliados, destacam-se partidos políticos de esquerda, movimentos LGBTQIAP+, o movimento negro e outras organizações sociais que, juntos, contribuem para o fortalecimento das reivindicações feministas e ampliam o alcance e a ressonância das pautas propostas.

Apesar de expressar grande capacidade de mobilização, sobretudo de mulheres jovens dos grandes centros urbanos brasileiros, a Marcha das Vadias não foi um consenso na sociedade, nem mesmo no interior dos movimentos feministas. A sua composição social, racial e etária, sendo majoritariamente de setores médios, branca e jovem suscitou uma série de interpelações e críticas. É possível afirmar que a Marcha e suas convicções foram questionadas desde sua formação, sendo temas como classe, raça, nação e religião discutidos por seus mais diversos participantes e colocando em evidência discussões históricas dos movimentos feministas, como a questão da universalização do conceito de mulher e a relação de classe e raça, que envolve as mulheres dentro do movimento.

Com os novos contornos oriundos do advento das tecnologias atuais e principalmente a internet, jovens paulistas organizaram a primeira Marcha das Vadias em território nacional, seguidas ainda no mesmo ano, em 2011, por Recife, Belo Horizonte e Brasília elevando o debate sobre as questões de gênero, o direito ao corpo e o profundo questionamento acerca da violência contra a mulher, herança de suas mais velhas no movimento.

Os movimentos feministas, assim como outros movimentos sociais, são constituídos a partir de diversas tensões, rupturas, mudanças e disputas em torno das demandas que o movimento se propõe a defender e o próprio viés ideológico ao qual o movimento reivindica. Essas questões sempre suscitaram diversos debates, evidenciando controvérsias de cunho racial e de classe, que percorreram todas as classificadas “ondas do movimento” e que se materializou na própria organização da Marcha das Vadias no Distrito Federal e despertou a minha curiosidade científica.

2.1 A Marcha das Vadias no DF

A Marcha no Distrito Federal inaugurou suas primeiras intervenções ainda nos meios digitais, inspirando-se nas ativistas do Canadá e outras cidades do Brasil e arrisco dizer a própria onda de manifestações iniciadas na Universidade de Brasília que questionavam a questão da segurança das mulheres no campus e criaram diversas palavras de ordem como “*Meu corpo, minhas regras*” “*O corpo é meu!*”, que traduziam o caráter do movimento que também utilizavam a exposição de seus corpos como forma de protestar contra os diferentes discursos conservadores vigentes em nossa sociedade.

A partir das redes sociais, as ativistas do Distrito Federal iniciaram sua organização da Marcha das Vadias/DF. Na primeira edição em 2011, segundo a página no Facebook do coletivo da Marcha das Vadias/DF, compareceram cerca de 3 mil participantes, 5 mil na segunda edição em 2012 e 6 mil pessoas em 2013². A Marcha se organizava a partir de comissões, sendo elas: de mobilização ou agitação, debate, segurança, comunicação e trajeto. A lista de e-mail da Marcha chegou a ter 300 mulheres, tendo apenas 80 participado ativamente do processo de construção da mesma.

Logo que possível, a Marcha tentou se organizar em um coletivo, visto que a mesma funcionava de forma horizontal e realizava atividades durante todo o ano, não somente no período das manifestações de rua, demonstrando o interesse do grupo em se consolidar como coletivo permanente no cenário de Brasília. Isso ocorreu em outros estados também, a exemplo de Recife e Campinas. Com os diversos rumores nos corredores e redes sociais, a Marcha me pareceu uma continuidade natural dos processos de mobilização que ocorriam cotidianamente na UNB, como o movimento ficou conhecido como “*A Marcha dos pelados*” protesto organizado pelo Centro Acadêmico de Sociologia, no ano de 2010, em defesa da então estudante Geisy Arruda. O caso Geisy Arruda ganhou notoriedade em 2009, quando a então estudante foi alvo de um episódio de machismo/sexismo em uma universidade em São Paulo. Geisy, que usava um vestido considerado provocante, foi hostilizada por colegas,

² Números aproximados, divulgados pela organização da MdV-DF. Cf: <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com> e <https://www.facebook.com/marchadasvadiasdf?fref=ts>

que a ofenderam e a ameaçaram durante uma aula. O incidente culminou na sua saída do campus sob proteção da polícia, gerando ampla cobertura da mídia e debates sobre assédio, misoginia e liberdade de expressão.



Figura 1 – Foto Marcha dos pelados UNB 2009

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/alunos-da-unb-tiram-a-roupa-em-apoio-a-estudante-da-uniban,b2c168f40d94b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html#google_vignette

Questões sobre o machismo, o direito ao corpo e também o direito a cidade mobilizaram diversos estudantes da UNB³, principalmente os estudantes que se organizam em centros acadêmicos e ativistas políticos ligados a partidos políticos e muitos deles, moradores na casa do estudante e de origem periférica. Na ocasião da manifestação na Universidade de Brasília, a questão da Geisy se tornou secundária ante as diversas demandas apresentadas por ativistas do movimento estudantil no campus.

A segurança para as mulheres no campus e o debate sobre o direito ao corpo já mobilizava os corredores da universidade de Brasília, porém o público da “Marcha dos pelados” não participou ativamente da organização da Marcha das Vadias em Brasília, evidenciando uma divisão do movimento estudantil na Universidade e o caráter social e

³ Na ocasião da manifestação eu fazia parte da gestão do centro acadêmico e participei ativamente da organização e da manifestação em si. Vale ressaltar que, como militante estava ativamente envolvida nas atividades políticas da universidade.

racial que a Marcha das Vadias adquiria desde de sua chegada em Brasília, tema que discutiremos mais à frente.

O ativismo estudantil da Universidade de Brasília, logo percebeu que a Marcha discutia temas que se faziam presentes no cotidiano dos debates na Universidade, que tinha a segurança no *campus* quase como tema central, visto que a UnB tem seu *campus* principal, o Darcy Ribeiro, uma área muito grande e pouco iluminada.

A cultura do estupro tem um significado diferente para as mulheres do campus Darcy Ribeiro na UNB, essa cultura se faz presente no cotidiano das estudantes⁴, pois o isolamento do mesmo em relação à cidade, a falta ou nenhuma iluminação e a insegurança atingia a todas as mulheres que ali transitavam, por vezes de forma desigual, visto que quem possuía carro tinha sua segurança um pouco mais resguardada.

Para as estudantes moradoras da CEU⁵ a questão da segurança era ainda mais urgente, visto que elas transitavam tanto pelo campus sem iluminação, quanto para chegarem em supermercados e farmácias, que ficavam localizadas distante de sua moradia, bem distante da via L2 norte⁶.

Os debates em torno da Marcha atraíram a atenção de diversos setores dos movimentos feministas e estudantis da Universidade. Contudo, seguindo seu curso natural, as ativistas brancas, pertencentes as classes mais abastadas e vinculadas a organizações autônomas, assumiram a liderança de sua organização. Essa dinâmica remontou, assim, a uma tradição dos movimentos feministas convencionais.

Desde sua chegada a Brasília, a organização da Marcha atingiu um perfil de público similar ao de movimentos feministas em outros países, como o Canadá e diversas regiões do mundo e também no Brasil. Esse público é composto predominantemente por setores da classe média, majoritariamente brancas, com alto nível de escolaridade. Tal como nesses contextos internacionais, a organização da Marcha em Brasília é, em sua maior

⁴ No período no qual realizei a Graduação na UNB, de 2009 a 2017.

⁵ Casa do Estudante Universitário da Universidade de Brasília – UNB.

⁶ Que dá acesso ao comércio local e também ao transporte público.

parte, composta por mulheres brancas de classe média, muitas das quais são estudantes universitárias na Universidade de Brasília (UnB).

Nesse momento inicial da organização da Marcha, nos deparamos com o primeiro ponto de tensão em torno da mesma, que afastou diversas ativistas do processo⁷. As organizadoras da Marcha estabeleceram que a mesma aconteceria de forma horizontal e que organizações partidárias ficariam vetadas de participar de sua organização, para que a mesma não representasse, nas palavras delas, “os interesses de partidos políticos”

“Para respeitar a heterogeneidade de posicionamentos políticos e ideológicos das mulheres que constroem a Marcha, coletivos, movimentos, organizações, instituições e partidos não compõem a organização da Marcha das Vadias DF” (DF, 2013).

Vale ressaltar que na compreensão das organizadoras “movimento partidário organizado” eram necessariamente partidos políticos legalizados, mas movimentos sem vínculo institucional ou registro eram permitidos. Essa dinâmica estabelecida não proibia mulheres filiadas a partidos políticos a participarem da organização, mas sem levar a política do partido para dentro da mesma, nos remetendo ao debate entre “autônomas” e “institucionalizadas”, debate que já dividiu o movimento feminista na América Latina.

A Marcha das Vadias levantou diversas pautas de luta das mulheres, em diferentes países, fazendo ressurgir discussões de extrema importância para as mulheres como o próprio direito ao seu corpo e como ele é percebido pela sociedade. Em Brasília, esse tema também foi alvo de discussão e se colocou como um dos primeiros focos do debate da organização da Marcha, juntamente com o direito à cidade, que foi um tema muito discutido no decorrer dos debates em torno da Marcha.

As reuniões de organização, debates e demais eventos da Marcha se iniciaram na Universidade de Brasília, localizada na Asa Norte. Esse é um local de difícil acesso para as mulheres das periferias, visto o valor da passagem de ônibus e o tempo de deslocamento. Essa questão se tornou tema de grandes debates na Marcha e me remetendo também

⁷ Fui uma das ativistas que não sentia o espaço da marcha como atrativo, visto o tipo de debate e o perfil das organizadoras.

a debates antigos do movimento feminista, como a ideia de uma supremacia ou uma hierarquia entre mulheres, como discute bell hooks:

Na verdade, essa hegemônica tomada de controle da retórica feminista sobre igualdade ajudou a mascarar a fidelidade delas às classes dominantes dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca. As feministas radicais ficaram consternadas ao testemunhar tantas mulheres (de todas as raças) se apropriando do jargão feminista enquanto sustentavam seu comprometimento com o imperialismo ocidental e o capitalismo transnacional (hooks, 2018, p.59).

As questões de classe se colocaram como urgentes no debate da Marcha, visto que a questão do acesso aos locais de reunião e o próprio perfil das ativistas que faziam parte da organização evidenciaram profundas desigualdades se comparadas à maioria das mulheres da cidade, sendo trabalhadoras, negras e moradoras das periferias. Durante muito tempo, essas ativistas se debruçaram em achar uma solução que conseguisse apresentar uma alternativa viável para absorver outras mulheres que não as mesmas do círculo universitário e que moravam nas redondezas da própria Universidade.

Com esse debate presente na Marcha, observei que muitos dos temas discutidos nos movimentos feministas foram se incorporando à sua construção, assim como as diversas críticas de ativistas negras foram se materializando na organização do evento, especialmente no que diz respeito às questões de classe e raça. Ao longo dos debates da Marcha, surgiram críticas recorrentes sobre a baixa ou quase inexistente presença de mulheres negras em sua organização.

Essa questão é abordada no artigo “*Corpo, Geração e Identidade: a Marcha das Vadias no Brasil*”, que analisa diferentes aspectos das Marchas no país e destaca os eventos que marcaram o fim das manifestações de rua no Distrito Federal.

A visibilidade do movimento negro ensejou a problematização da questão racial, que foi pouco abordada pelos feminismos anteriores. Justamente na *Marcha das Vadias*, que confere ao corpo centralidade política, estética e de expressão pessoal, a cor/raça tornou-se um tema recorrente de debates e disputas. Da mesma forma como a categoria passou a ser percebida como excludente, a *Marcha das Vadias* vem sendo criticada por movimentos de mulheres negras, que se sentem marginalizadas por um ativismo que expressaria a posição social privilegiada das mulheres brancas. Todavia, tal interpretação, como vimos, é contestada por mulheres negras que se sentem representadas pela *Marcha das Vadias* e que resistem a adotar uma política feminista que repousa na chave

binária, que opõe mulheres de raças e classe sociais distintas (Gomes; Sorj, 2014, p.445).

Outro fator central para pensar a Marcha das Vadias foi o advento da internet e das redes sociais, em particular o *Facebook*, que possibilitou a chegada dos debates que fomentaram a organização das Marchas no Brasil e foram importantes veículos de comunicação (Ferreira, 2012). A “Web-militância” Feminista, como bem colocou Gleidiane Ferreira, possibilitou todo o processo de estruturação da Marcha e foi fator determinante para toda a organização e debates internos e as diversas iniciativas da Marcha:

A rapidez com que a Marcha se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da Marcha das Vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogues e e-mail (Gomes; Sorj, 2014, p.437).

Como a questão da internet, as questões de classe se apresentaram nas discussões em torno da Marcha, “como mobilizar outras mulheres que não acessam os veículos digitais? “Como alcançar mulheres de periferia e trazê-las para o debate? Como incluir as mulheres negras na construção da Marcha? As questões de raça e classe, ante a diversos temas em torno da Marcha das Vadias no Distrito Federal, serão o foco de nossa investigação e perceberemos que logo de cara esse debate se materializou nas reuniões da Marcha:

Logo no primeiro encontro, o grupo que, obviamente, não tinha nenhum acúmulo de discussão nem identidades ou objetivos bem delineados, foi confrontado com alguns questionamentos vindos de uma militante feminista negra. As perguntas eram básicas para qualquer pessoa que se considere feminista em um país extremamente marcado pela desigualdade étnico racial. Podemos reelaborá-las: Como a cultura machista/racista/elitista brasileira tem sublinhado as características dos corpos de mulheres negras, pretas e “mulatas”? (Saads; Rany; Nascimento, 2013, p.2).

Segundo Saads e Nascimento (2013, p. 3), a ideia de “universalização do ‘ser-mulher’” ocorreu de forma tão natural nas primeiras reuniões de organização da Marcha que, segundo as autoras, se não houvesse a intervenção da ativista negra em questão, incômodos como, por exemplo, a ausência de mulheres negras nas reuniões, tampouco seriam percebidos ou questionados. Isso demonstra a falta de reflexão sobre as implicações dessa ausência para a construção política da Marcha (Saads; Rany; Nascimento, 2013).

A discussão sobre o uso do termo “vadia” evidenciou a tendência de generalizar o conceito de mulher dentro da Marcha, pois o termo possui significados distintos para mulheres negras e brancas, especialmente quando consideradas as diferenças de classe social. O debate acerca do nome da Marcha expôs a falta de diversidade em seu interior, trazendo à tona a já conhecida crítica das ativistas negras em relação à questão racial no movimento, podemos dizer que:

O que foi negado, nesse primeiro momento, foi a possibilidade de perceber que as mulheres podem experienciar de formas distintas (a partir de sua subjetividade, classe, cor, religião, estado civil, profissão etc.) o incômodo (ou não) de serem chamadas de “vadias”. E, se a diversidade de experiências foi negada, conseqüentemente foi negada também a possibilidade de existirem mulheres que se recusassem a se apropriar do termo e ressignificá-lo, como é o caso de muitas mulheres negras (Saads; Rany; Nascimento, 2013, p.2).

O nome da Marcha foi e ainda é um profundo incômodo para muitas mulheres negras e de periferia⁸, pois ser chamada de vadia nunca foi uma opção ou uma condição que pudesse ser modificada por uma roupa ou uma atitude. As ativistas brancas⁹ da Marcha defendem que em algum momento da vida, todas as mulheres serão chamadas de “vadias”, todavia, com peso diferente para mulheres negras e brancas.

O discurso da Marcha somente evidência os limites ao qual o movimento feminista se colocou até o momento, evitando repensar práticas pela dificuldade de reconhecer privilégios, baseando-se em uma análise que prese pela universalidade e hegemonias, silenciando as diferenças que vemos em nosso cotidiano, aonde as mulheres que mais sofrem com as opressões, menos se identificam com os paradigmas construídos pelos movimentos feministas universais.

A primeira edição da Marcha não se vinculou ao feminismo, pois muitas ativistas que a construíram não se identificaram como tal, porém após o aprofundamento das discussões para a segunda edição, a da Marcha assumiu a defesa da pauta e nome feminista, lançando a campanha fotográfica “Feminista por quê?”:

⁸ Posso dizer que a questão do nome me gerou profundo descontentamento e ocasionou o meu afastamento da organização da marcha, mesmo tendo participado ativamente das três manifestações de rua.

⁹ Pude fazer essa discussão com algumas delas no momento da segunda marcha.

A campanha fotográfica produzida para divulgação da Marcha das Vadias de 2012, intitulada “Feminista por quê?”, foi concebida e executada segundo alguns preceitos constitutivos dos movimentos feministas contemporâneos: auto-organização de mulheres e horizontalidade. Nesse sentido, embora nossa análise seja centrada na campanha como produto final, não podemos deixar de mencionar a forma como foi realizada e a maneira como foi divulgada. Esse último aspecto, como veremos mais adiante, foi extremamente significativo para uma série de debates que pautou a identidade do grupo organizador da Marcha, seus horizontes políticos e sua relação com outros movimentos feministas do Distrito Federal (Saads; Rany; Nascimento, 2013, p.2).



Figura 2 – Imagens da campanha fotográfica – Feminista Por quê?

Página do Wordpress. Disponível em: <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/campanha-fotografica-feminista-por-que>></https>. Acesso em 03 nov de 2024.

A campanha foi idealizada a partir de uma foto e uma frase, sendo composta por 52 imagens que apresentavam uma diversidade de pessoas, formas e ideias a cerca do feminismo. A campanha tinha por objetivo a divulgação da Marcha que aconteceria no dia

26 de maio de 2012 e a tarefa principal de superar os estereótipos negativos acerca do feminismo e da própria da Marcha. A ideia de pensar um feminismo para mulheres mais velhas, famílias e até mesmo homens que apoiam a causa baseou toda a intervenção da Marcha naquele período. A tônica da diversidade da campanha levantou algumas questões importantes:

Tal quadro nos leva a mais perguntas: Quais as representações de feminismo? Em que as propostas/leituras individuais caracterizam as da organização e as do público? A campanha “Feminista por quê?” é uma transposição da diversidade presente na Marcha das Vadias-DF enquanto coletivo? As perspectivas negra, transexual, homoafetiva estruturam o feminismo da MdV-DF para além de sua composição majoritária de classe média, universitária, branca, de regiões centrais do DF? (Saads; Rany; Nascimento, 2013, p.6).

Um aspecto interessante a ser ressaltado acerca da campanha fotográfica da MdV-DF de 2012 é que ela não representava a composição da organização nem refletia efetivamente a tentativa de construir um processo de diversidade. Esse esforço ficou restrito às imagens, pois até mesmo as frases pouco trouxeram questões diferentes das já pautadas pelo grupo organizador. Em um universo de 52 propostas ou abordagens sobre feminismos ou apoio aos feminismos, apenas três tratavam de racismo, duas abordavam a lesbianidade, uma tratava da transexualidade e nenhuma abordava a questão de classe (Saads; Rany; Nascimento, 2013).

Outro ponto que chama atenção ao analisarmos a Marcha por meio da campanha fotográfica é que temas como lesbianidade, raça e transexualidade foram levantados principalmente por pessoas pertencentes a esses grupos sociais. Isso acaba relegando questões como raça e outras pautas específicas do feminismo exclusivamente às mulheres desses grupos, enquanto, por exemplo, a pauta da descriminalização do aborto é defendida por todas, inclusive por mulheres lésbicas, que as entendem como uma luta coletiva de todas as mulheres.

A Marcha suscitou muitas discussões entre mulheres negras e brancas, sendo a questão racial um dos mais importantes marcadores de distinções nas pautas da Marcha. As questões de classe, contudo, são outro ponto de extrema relevância em nossa análise,

que se dissolvem nas demandas raciais, chamando a atenção para a forma como as desigualdades são percebidas e categorizadas pelas ativistas envolvidas na Marcha.

Um ponto importante acerca da discussão racial foi o posicionamento público do coletivo Pretas Candangas em não participar da MdV-DF, por considerá-la um espaço de reprodução do racismo. Esse posicionamento acompanha uma tendência nacional e internacional dos movimentos de mulheres negras, como a declaração da ONG norte-americana Black Women's Blueprint, que escreveu uma carta aberta às diversas organizações das Marchas ao redor do mundo criticando o nome da Marcha e ressaltando que a maioria das participantes é composta por mulheres brancas.

Outro tema que as organizações de mulheres negras levantaram sobre as Marchas ao redor do mundo, foi a questão de que a maioria de mulheres que passam por situações de violências sexuais são mulheres negras, sendo então delas o pertencimento e maior protagonismo da pauta.

Um elemento relevante sobre a MdV-DF, que será importante para compreendermos o processo que culminou no fim dela, foi a forma de organização das ativistas para se defenderem de possíveis agressores, prática conhecida como escracho. Ao som de buzinas, gritos e palavras de ordem, as ativistas expulsavam possíveis agressores da Marcha, defendendo as manifestantes, que muitas vezes estavam sem camisa, com os seios a mostra.

Ocorre que um desses escrachos, ocorrido na Marcha de 2013, atingiu um homem negro em situação de rua. O vídeo da ação circulou pela web, levantando questionamentos e posicionamentos de diversas ativistas sobre o caso, incluindo várias ativistas negras, como Jurema Werneck, que entrou em contato com as organizadoras da Marcha 4 sendo informada de que tal ação fazia parte das práticas de segurança da comissão da Marcha, contra possíveis agressores. O relato da ativista que defendeu o em situação de rua nos esclarece sobre o evento.

Vou falar como testemunha ocular. O rapaz simplesmente levantou a camisa, porque na Marcha havia pessoas de peito nu. Ele estava exibindo o 'tanquinho'.

Depois dos primeiros gritos, ele deu as costas e saía em direção contrária à Marcha. Em seguida, fotógrafos e povo cercaram-no e ele novamente levantou a camisa. Eu que estava próxima, temendo que a bermuda amarrada com cordão baixasse expondo sua genitália, coloquei o cartaz em cima. Ele reagiu batendo no cartaz. Tendo me ouvido pedir que não continuasse com aquilo, gesticulou para que me afastasse. Daí eu saí da Marcha porque fiquei deveras perturbada com o racismo exacerbado das manifestantes que acorreram para ele como urubus em busca de carniça. No vídeo está claro que ele está caminhando ou tentando ir no sentido contrário da Marcha. A filmagem acaba quando ele atira a muleta em direção ao estacionamento sem pessoa alguma. Eu estava lá, e isto está no vídeo. O que faltou ao vídeo foi a minha indignação com a agressividade daqueles que gritavam com o rapaz e ainda o impediam de sair da confusão (Pinto, 2013)

A organização da Marcha, apresentou várias ponderações acerca o evento que aconteceu, apresentando uma defesa da atitude da mesma:

“Diante da exposição de um vídeo sobre a expulsão da Marcha de um homem negro, em situação de rua e aparentemente sob efeito de álcool e/ou outras drogas, foram feitas inúmeras críticas, acolhidas seriamente por nós. É importante explicar que a situação ocorrida não foi completamente apresentada no vídeo e alguns relatos. O vídeo mostra apenas um fragmento e um ângulo do que aconteceu e propõe uma interpretação limitada da cena.

Algumas críticas como “o homem só estava levantando a camisa” ou “elas não deixavam ele sair dali” nos soaram simplistas diante, inclusive, do próprio vídeo, que mostra o homem em questão levantando a blusa e, também, tentando abaixar a bermuda, sendo agressivo. Mostra, igualmente, o círculo feito pela mídia, que formou uma barreira impedindo a saída dele da Marcha.

Minutos antes do momento captado no vídeo, o mesmo homem já havia gritado para uma manifestante: “*levanta sua saia, quero ver sua bucetinha*”. No momento da chegada da comissão de segurança ao local onde ele estava, o homem xingava uma manifestante, ameaçando bater nela com a muleta.”



Figura 3 – Dois momentos de expulsão de agressores na Marcha das Vadias-DF: a primeira em 2012 e a segunda nesse ano, minutos antes da expulsão do homem em situação de rua. (Fotos: Túlio Fortuna e Nilton.)

Esse homem foi expulso exatamente da mesma forma que um fotógrafo branco havia sido expulso no ano anterior, por ter oprimido e constrangido algumas manifestantes (na foto acima, à direita³). O que motivou o aperto da buzina não foram questões raciais, segundo as organizadoras da Marcha, elas argumentam que o escracho aconteceu por ele ser considerado um agressor naquele momento, tendo inclusive outro vídeo, filmado mais de perto e em outro ângulo, com os momentos que antecedem a gravação divulgada. Nele, há cenas em que o homem pega no pênis e ofende as meninas que estão à sua frente, como fica explícito na imagem abaixo:

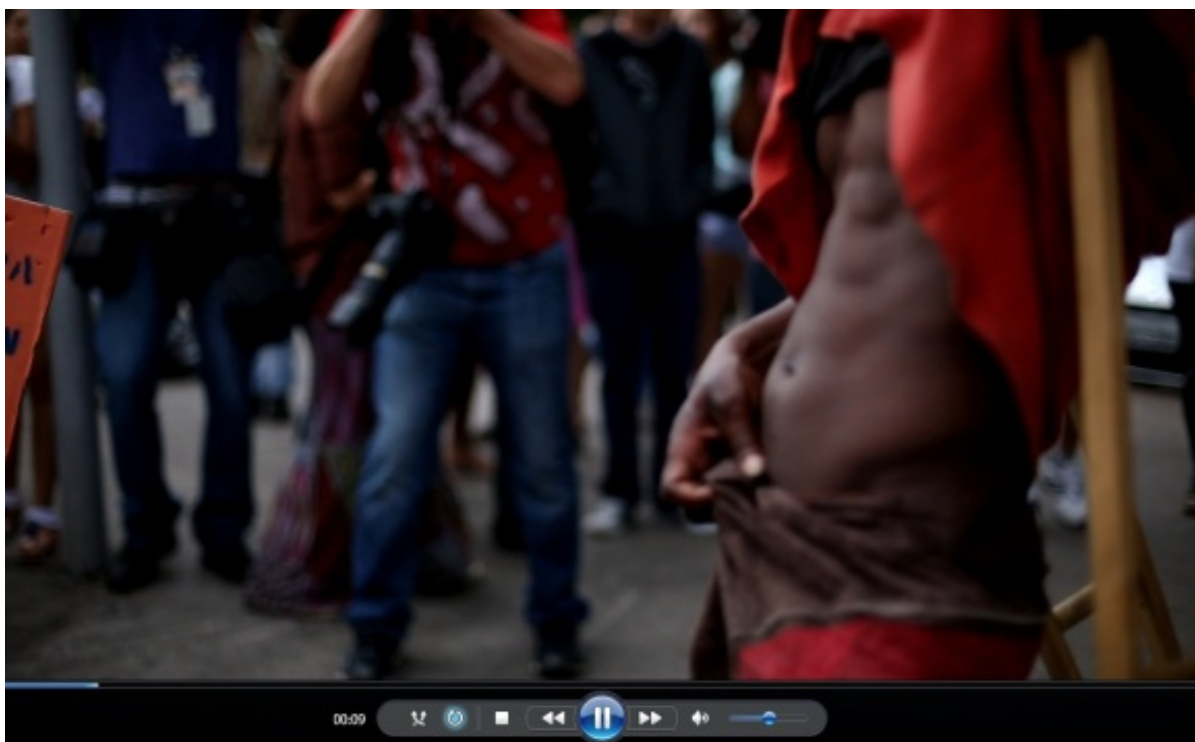


Figura 4 – Fragmento do vídeo publicado na página da Marcha das Vadias do Distrito Federal. (registro da MdV-DF.)

A defesa da organização da Marcha não foi bem vista por diversas ativistas negras, muitas ponderaram sobre a pertinência de se manter essas alianças entre mulheres negras e brancas dentro dos movimentos feministas, e fazem importantes reflexões:

A julgar pelos posicionamentos enviados, o episódio tem tido tamanha repercussão por condensar uma série de insatisfações que há muito perturbam várias mulheres negras que se colocam em diálogo com organizações feministas de maioria branca. Aline Maia, por exemplo, ponderou: “Será mesmo possível construir um feminismo, com mulheres brancas, que pautem nossas demandas? Tenho muitas dúvidas! Porque, na experiência que tenho, vejo que na maioria das vezes é sempre isso que acontece: expomos nossas questões, expomos nossos corpos negros, nossas paixões e dores e a massa branca se lixa; e no final diz: ‘Viva a solidariedade feminina’”. O posicionamento de Carla Akotirene é tão instigante quanto: “Ando repensando essas articulações com movimentos de mulheres que combatem as violências de gênero a partir de outras modalidades de opressão contra corporeidades negras, contra os racialmente excluídos e querem se firmar revolucionárias”. Para Aline Matos, o acontecido encaixa-se nas problematizações feitas por Audre Lorde: “A recusa institucionalizada da diferença é uma necessidade para a economia do benefício que necessita da existência de um excedente de pessoas marginais”.

As organizadoras da Marcha, perante as acusações de racismo, apresentam as orientações⁵, feitas anteriormente e também uma saída para a discussão racial, que antes

era realizada em um grupo de trabalho para discutir tal questão de forma mais abrangente e não somente em um grupo de trabalho que tinha uma orientação de que só mulheres negras fizessem parte:

ORIENTAÇÕES

MARCHA DAS VADIAS DF

♀ *Procure não deixar buracos na marcha;*

♀ *Fiquemos todxs juntxs;*

♀ *Caso seja agredidx, verbal ou fisicamente, ou note a presença de algumx agressorx, alerte pessoas próximas gritando "AGRESSORX!!!". E/OU informe a situação para a comissão de segurança para que seja providenciada a retirada dx agressorx;*

♀ *Não olhe apenas por você, mas também por suas companheiras ao lado;*

♀ *Fique atentx ao trajeto e ajude nas passagens das pistas. Mantenha espaço de segurança com as ciclistas do trajeto;*

♀ *Retire-se da marcha EM GRUPO.*

♀ *A comissão de segurança está caracterizada com bandagem roxa nas mãos e nos braços.*

♀ *A comissão de trajeto está a pé e de bike, sinalizada com balões de gás na cor lilás.*

♀ *Não se intimide perante qualquer agressão. Estamos todas juntas e nossa voz é nossa arma!*

MEXEU COM UMA, MEXEU COM TODAS!

Encerraremos a Marcha com um ato performático contra o Estatuto do Nascituro e pela legalização do aborto.

**Repasse para frente, para que todxs leiam as orientações. Não jogue no chão.*

Figura 5 – Orientações da Marcha das Vadias Distrito Federal 2012.

Questões de raça e classe permearam todo o debate na Marcha, no decorrer de seus três anos de duração, sendo inegável sua contribuição para o movimento feminista contemporâneo. A Marcha representou uma importante resposta a toda cultura do estupro e as mais diversas violências de gênero que temos em nossa sociedade, desafiando a lógica de hipersexualização dos corpos das mulheres.

Entretanto, a Marcha também enfrentou diversos desafios internos e externos, no que tange a questão da representatividade das pautas que abarquem as demandas de todas as mulheres e suas diversas identidades, tais como as raciais, de gênero e classe. As diversas críticas acerca da composição racial e de classe no interior da Marcha parte da necessidade de uma maior inclusão e representatividade da mesma, visto que o movimento necessita de todas essas identidades para de fato ser inclusivo e representativo. A intersecção entre raça, classe e gênero foi um desafio para os movimentos feministas e a MdV-DF, como uma expressão desse movimento não é diferente. Nas próximas páginas apresentaremos as percepções das participantes da Marcha acerca dessa problemática.

3 Perspectivas das ativistas sobre as intersecções de gênero, raça e classe na Marcha das Vadias no DF

Diversos estudos e relatos, citados posteriormente neste trabalho, evidenciam que a **Marcha das Vadias**, tanto no Brasil quanto em outros países, apresenta uma nítida tendência a agregar as pautas e demandas de mulheres jovens, brancas e de classe média. Este trabalho tem como objetivo analisar os questionamentos históricos formulados por ativistas e intelectuais negras acerca dessa tendência na Marcha das Vadias no Distrito Federal.

Foram entrevistadas doze mulheres que tinham em comum a Universidade de Brasília como espaço de vivência diária na academia e na militância. Vale ressaltar que, em 2011, a UnB se constituía como uma universidade que respirava a efervescência das ações afirmativas, tornando-se significativamente mais negra e periférica. Com esse novo cenário, as discussões acadêmicas foram impactadas, as demandas políticas se transformaram e, conseqüentemente, as pautas e o perfil do movimento feminista também passaram por mudanças.

Busquei entrevistar um grupo diverso de participantes e organizadoras da Marcha, a fim de abordar diferentes aspectos do evento neste estudo. Abaixo apresento um quadro com as principais informações das entrevistadas:

Identificação	Identificação racial	Idade	Moradia	Escolaridade	Escolaridade genitores	Classe social	Participação
B.P	Negra	39 anos	Asa Norte	Doutorado	Ensino Médio	Classe média	Organizadora
C.C	Branca	39 anos	Asa Norte	Mestrado	Ensino Superior	Classe média	Participante
M.M	Branca	35 anos	Taguatinga	Doutorado	Ensino Superior	Classe baixa	Organizadora
R.N	Negra	32 anos	Ceilândia	Doutorado	Ensino Médio	Classe baixa	Organizadora
D.R	Negra	33 anos	C. Ocidental	Graduação	Lê e escreve	Classe baixa	Participante
A.M	Branca	33 anos	Ceilândia	Graduação	Ensino Fundamental	Classe baixa	Participante
A.F	Branca	31 anos	Tororó	Mestrado	Ensino Médio	Classe média	Organizadora
C.S	Negra	34 anos	Samambaia	Graduação	Ensino Fundamental	Classe baixa	Participante
M.S	Negra	37 anos	Asa Sul	Mestrado	Ensino Superior	Classe média	Participante
L.L	Branca	30 anos	Asa Norte	Graduação	Ensino Superior	Classe média	Participante
B.C	Negra	31 anos	C. Ocidental	Graduação	Ensino Médio	Classe baixa	Participante
M.F	Negra	32 anos	Arniquireiras	Graduação	Ensino Superior	Classe baixa	Participante

Figura 6 – Dados Brutos das Entrevistas realizadas com 12 participantes do estudo.

As entrevistadas seguem a tendência dos movimentos feministas atuais e das próprias Marchas, que atraem a participação de pessoas cada vez mais jovens, a Marcha teve sua primeira edição há cerca de 13 anos. As entrevistadas, que atualmente têm entre trinta e quarenta anos, não atuam mais em organizações feministas, embora mantenham as posições ideológicas que defendiam anteriormente. As perguntas feitas a todas elas remetiam exclusivamente ao período em que a Marcha foi realizada.

A pouca idade das participantes não as impediu de discutir questões relacionadas à sua vida cotidiana. Como relatado anteriormente, a segurança no Campus Universitário Darcy Ribeiro sempre foi um tema recorrente nas discussões sobre gênero. Com a realização da Marcha, essa discussão ultrapassou os muros da Universidade, destacando a insegurança enfrentada por mulheres em toda a cidade.

É importante ressaltar que todas as entrevistadas, mesmo aquelas que participaram da Marcha de forma esporádica ou apenas em eventos públicos de grande alcance, já tinham

uma bagagem de discussão política prévia. Elas participavam de movimentos estudantis, coletivos feministas autonomistas ou organizações partidárias institucionais.

A presença dessas jovens ativistas e seu engajamento em pautas feministas ampliaram o alcance da Marcha, não apenas dando visibilidade às questões enfrentadas pelas mulheres, mas também promoveu uma conscientização mais ampla, a partir da importante atuação nas redes sociais e visibilidade das caminhadas de rua, enfatizando a necessidade de políticas e ações que garantasem a segurança e a equidade de gênero em espaços públicos e privados.

Um dado primordial para a minha análise foi autodeclaração, uma vez que essa questão foi central durante todo o período da MdV-DF e influenciou diretamente o fim das atividades da Marcha no Distrito Federal. Uma particularidade sobre o dado apresentado é a relevância do processo de autodeclaração racial, já que depender apenas de meu olhar como pesquisadora pode enviesar as informações.

Por exemplo, eu mesma identificaria algumas das minhas entrevistadas como mulheres brancas, todavia essas mesmas se identificam como mulheres negras, tal discrepância na identificação racial se deve a própria construção da racialidade no Brasil, colocando em evidência a questão do pardo em nossa sociedade.

Observa-se que a maioria das participantes que se dispuseram a colaborar com a pesquisa eram autodeclaradas mulheres negras. Esse fato pode ser atribuído à familiaridade com o tema proposto e à disposição de revisitar as memórias da MdV-DF. Em contraste, algumas participantes brancas se recusaram a participar, mencionando o receio de exposição sobre os eventos de cunho racial e de classe na Marcha.

Com a maior disponibilidade de ativistas negras em discutir sobre as questões relacionadas a Marcha, ressalta-se a importância de reconhecer a diversidade e as diferentes experiências raciais nas discussões feministas. A Marcha, assim como as reflexões que ela gerou, evidenciou como questões raciais podem influenciar a participação e o engajamento em movimentos sociais, destacando os desafios de representatividade e inclusão.

Entre as entrevistadas, sete são mulheres negras e cinco mulheres brancas. Observamos que, mesmo sem uma aproximação significativa com a organização, as ativistas negras de Brasília que foram entrevistadas entendiam a importância da MdV-DF e do processo de discussão que a envolvia e a importância dos temas abordados na Marcha.

Para o perfil das entrevistadas, procurei uma maior diversidade nos locais de moradia, visto que esse aspecto permitiu uma análise mais abrangente e representativa da diversidade socioeconômica das entrevistadas. A partir dos dados coletados, foi possível perceber que as discussões sobre as questões de classe se fizeram presentes independentemente dos bairros das entrevistadas, seja no centro ou nas periferias.

Podemos dizer que grande parte da vida política da cidade acontecia no Plano Piloto, e é possível elencar três fatores para isso: a centralidade dos espaços de poder¹, a facilidade de acesso à rodoviária do Plano Piloto² por todas as cidades-satélites e do entorno de Brasília, e a falta de articulação para a descentralização das atividades políticas para outras localidades da cidade. Essa questão não se restringe apenas à Marcha, mas é observada nos movimentos sociais de Brasília como um todo.

O local de moradia evidencia a importância da discussão sobre classe e raça, quando discutimos as questões de gênero no Distrito Federal. Apesar da amostragem desta pesquisa compreender apenas doze mulheres, seus locais de residência constituem dados fundamentais que podem ser utilizados como uma amostra representativa desta dinâmica.

Outro aspecto relevante acerca das relações de classe estabelecidas entre as entrevistadas é a identificação racial, especialmente porque as mulheres negras estão, em sua maioria, situadas na periferia, conforme indicado pelo gráfico acima. A interseção entre raça e classe pode ter influenciado diretamente a maneira como essas mulheres se posicionavam politicamente.

¹ A Esplanada dos Ministérios é palco de diversas manifestações distritais e nacionais.

² O acesso ao centro da cidade a rodoviária do plano piloto

Compreender como as entrevistadas se identificam racialmente, bem como a sua classe social, é essencial para analisar as nuances de sua participação política e o papel que desempenham na defesa de interesses coletivos.

Ainda sobre a definição de classe social das entrevistadas, as mulheres negras se definem majoritariamente como pertencentes à classe baixa e relatam ter uma trajetória educacional constante. Por outro lado, as mulheres brancas se identificam como de classe média, conforme indicado nos gráficos a seguir.

Fatores como a escolaridade são importantes para compreender o enquadramento social e político das entrevistadas. Vale destacar que todas as participantes estavam cursando graduação ou mestrado na Universidade de Brasília. Os dados apresentados a seguir refletiam sua trajetória acadêmica até o ano da entrevista e nos ajudam a traçar o perfil socioeconômico dessas mulheres

Os dados apresentados a seguir ajudam a evidenciar dois pontos importantes relacionados à classe e à raça. Sabemos que, assim como a raça, a classe também é herdada no Brasil. No estudo *Desigualdades sociais por raça ou cor no Brasil*, de 2022, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que a taxa de pobreza entre a população branca era de 18,6%, enquanto entre pretos e pardos essa taxa chegava a 34,5% e 38,4%, respectivamente. Outro dado relevante para a nossa análise evidencia que em 2022, a renda média das pessoas brancas era 87% maior que a das pessoas negras.

Dados do IBGE, precisamente da PNAD continua de 2022, mostram que 41,3% das mulheres pretas ou pardas vivem abaixo da linha de pobreza, comparadas a 21,3% das mulheres brancas. As desigualdades na educação e no mercado de trabalho são evidentes, com apenas 14,7% das mulheres pretas ou pardas tendo completado o ensino superior, em comparação com 29% das brancas.

É importante ressaltar que nossa pesquisa não tem o objetivo de realizar um levantamento quantitativo detalhado dos dados socioeconômicos das mulheres participantes da MdV-DF. Ainda assim, esses dados funcionam como indicativos relevantes para a discussão

proposta neste trabalho, auxiliando na compreensão das intersecções entre classe, raça e a participação das mulheres na Marcha.

Apesar de a parcela de mulheres negras entrevistadas ser percentualmente maior no doutorado, observamos que mais mulheres brancas seguiram para o mestrado, enquanto apenas 14,3% das mulheres negras alcançaram esse nível de escolaridade. Essa discrepância evidencia os desafios específicos enfrentados por mulheres negras na continuidade da formação acadêmica e no acesso a níveis educacionais mais elevados. Segundo os dados abertos da CAPES, agência do Ministério da Educação (MEC), apenas uma em cada quatro pessoas matriculadas em programas de mestrado e doutorado no Brasil é negra.

Ainda assim, o perfil educacional das entrevistadas, tanto de mulheres negras quanto de brancas, não reflete a realidade da escolaridade da sociedade em geral. Segundo o Censo da Educação Superior de 2022, apenas 20,2% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em cursos de ensino superior. Isso significa que cerca de 75,7% dessa faixa etária não ultrapassou a educação básica, com 43,4% tendo concluído o ensino médio. Essa constatação reforça que as discussões sobre o feminismo ainda permanecem restritas a uma elite intelectual, econômica e racial.

3.1 Análise das percepções das participantes em três eixos

A Marcha das Vadias do Distrito Federal gerou uma série de debates na sociedade brasileira e nos movimentos sociais locais, abordando questões como a hipersexualização do corpo feminino e o direito à cidade. Esses temas estiveram presentes na vida política durante os dias que antecederam sua organização, influenciando discussões e práticas coletivas. Para viabilizar a análise das entrevistas realizadas, facilitar a visualização e organização dos dados, e responder o questionamento inicial desta pesquisa, a tabela a seguir apresenta as perguntas feitas às entrevistadas divididas em três eixos temáticos principais³:

³ As informações presentes na tabela citada corresponde ao terceiro bloco de perguntas feitas a entrevistas, tendo o primeiro e segundo bloco gerado dos dados apresentados em gráficos no tópico anterior.

Tabela 1 – Quadro de Eixos Temáticos

Perguntas	Eixo Temático de análise	Palavras chave
*Na sua experiência, qual foi a maior contribuição da Marcha para a sociedade? * Você considera que a Marcha foi um movimento que agregou todas as mulheres? * A Marcha tenha espaço para todas as mulheres?	Impacto e Alcance da Marcha	Contribuições, limitações e representatividade.
O que pensa sobre o nome da Marcha? * Você considera que a Marcha e suas organizadoras tiveram alguma atitude racista no decorrer dos anos? * Você acredita que na Marcha existia um conflito racial?	Tensões Raciais e o Nome da Marcha	Polêmica no nome, Racismo e organização.
Relate qual foi o evento mais marcante da Marcha? * Relate a partir de sua experiência, como foi o evento que culminou no fim da Marcha no DF? * Você acredita que existia um conflito de classes no interior da Marcha?	Dinâmicas de Classe e o Fim da Marcha	Conflito de classes e fim da Marcha

As entrevistas⁴ fornecem um panorama complexo sobre o legado da Marcha das Vadias do Distrito Federal (MdV-DF), muitas entrevistadas destacavam a importância da Marcha em dar visibilidade às pautas feministas e em fomentar debates públicos sobre temas como violência sexual, liberdade sexual e o direito das mulheres sobre seus corpos.

Além disso, as entrevistas ressaltavam as discordâncias e desafios enfrentados pela Marcha em sua tentativa de criar um espaço verdadeiramente inclusivo para todas as mulheres. Dessa forma, fica evidente que, embora a MdV-DF tenha desempenhado um papel fundamental na promoção de discussões importantes, o caminho para uma inclusão total ainda exige reflexões profundas e ações concretas. Sobre a questão da visibilidade e a forma como o movimento foi visto, a entrevistada que se identifica como mulher negra e participou da organização fala:

... De levar isso pra mais, mais pra perto das pessoas comuns, assim, então, o movimento que está na rua, o movimento é com mais gente, porque chegou a reunir bastante gente, né? Até o episódio fatídico, a de Brasília, pelo menos, então..é, tinha muita visibilidade, então, de levar esse feminismo para mulheres que não estavam necessariamente vinculadas ao movimento feminista e eu acho que isso foi uma grande contribuição. Acho que isso tem uma relevância. Essa

⁴ Todas as entrevistadas não serão identificadas neste trabalho, como foi solicitado pelas mesmas.

discussão é para um campo mais público, né? É fazer ela ficar mais visível, sair só lá dos grupinhos, das pessoas que já se conheciam, né? Que já estavam, já se identificavam como feministas, já se identificavam com uma pauta feminista. Quando você começa e inclusive assim, de uma grande reação feminista a questões que sempre aconteceram com as mulheres, que é isso, a sede na rua, né? Tipo, a criminalização da sexualidade feminina nossa sempre existiram, né? Pelo menos faz muito tempo (B.P 39 anos, organizadora, negra).

A entrevistada identificada como C.C, que se define como mulher branca, destacou que a Marcha “*conversou com mulheres que não estavam dentro do movimento feminista, mas que já tinham sido julgadas ou até violentadas por conta de algum estigma.*”. Ela enfatizou que a abordagem direta e a energia do movimento, com mulheres Marchando nuas, chamou a atenção da mídia e da sociedade, impulsionando a discussão sobre a cultura do estupro.

As entrevistadas M.M e C.S, que se identificam respectivamente como mulher branca e negra, enfatizaram que Marcha foi um “*choque cultural*” na sociedade, forçando uma reflexão sobre os direitos das mulheres e os movimentos sociais atrelados a eles. Enfatizaram também como foi impactante, no sentido estético e político ver as mulheres ocupando espaços de poder, antes ocupado somente por homens. As entrevistadas também destacaram a importância da Marcha como um ato de resistência contra o conservadorismo e a estrutura patriarcal de nossa sociedade.

Apesar de reconhecerem as contribuições da Marcha, as entrevistadas também revelam críticas contundentes sobre a capacidade do movimento de agregar todas as mulheres. A maioria das participantes entrevistadas concorda que a Marcha foi um movimento elitizado, majoritariamente branco e de classe média, com forte vínculo com o ambiente universitário.

..Mas eu lembro que teve alguma discussão na época, mesmo assim, na cúpula da organização. Primeiro, porque acho que foi algo que veio para o Brasil a partir de algum país estrangeiro — não sei se foi do Canadá ou dos Estados Unidos. Acredito que deve ter começado em São Paulo. Eu lembro dessa sensação de estar importando uma iniciativa pronta. Essa sensação de algo pronto, algo rápido, foi marcante. Não houve um processo de discussão mais aprofundado. Parecia que decidiram: “Vamos fazer isso” e já partiram para a ação. Acho que alguém tomou a iniciativa, mas lembro que quem estava organizando não era exatamente os coletivos que já estavam à frente das pautas feministas. Por isso, houve críticas, especialmente sobre a ausência de mulheres negras na liderança do movimento. Mas essa é uma lembrança vaga que tenho (C.C 39 anos, Participante, Branca).

A fala da entrevistada, nos remete à discussão anteriormente feita por bell hooks, na qual a autora ressalta o caráter imperialista dos movimentos feministas e como o mesmo pode ressaltar as mulheres brancas como as legítimas representantes dos movimentos feministas.

Inicialmente, quando líderes feministas nos Estados Unidos proclamaram a necessidade de igualdade de gênero, não esperavam descobrir se movimentos correspondentes estavam acontecendo entre mulheres de todo o mundo. Em vez disso, declararam-se libertas e, portanto, na posição de libertar as irmãs que tinham menos sorte, principalmente aquelas no “terceiro mundo”. Esse paternalismo neocolonial já havia sido decretado para manter em segundo plano mulheres não brancas, de forma que somente mulheres brancas, conservadoras ou liberais, fossem as autênticas representantes do feminismo. A tendência é de que mulheres brancas radicais não sejam “representadas”, e se forem, elas são retratadas como as extremistas. Não é de se estranhar que o “feminismo de poder” dos anos 1990 oferecesse as ricas mulheres brancas heterossexuais como exemplos de sucesso feminista (hooks, 2015, p.58).

A entrevistada A.F, que participou da Marcha como organizadora, tem 31 anos e se identifica como uma mulher branca, destaca o caráter “*experimental*” da Marcha, com discussões superficiais e falta de aprofundamento em temas importantes para o movimento feminista, como o aborto.

Quando a gente fala sobre a descriminalização do aborto ou o direito da mulher se vestir do jeito que ela quiser, né? São pautas que, eu acho, ainda são relevantes. Foram relevantes e, acredito, continuarão sendo durante muito tempo, entendeu? Com certeza. mas é isso. Eu sinto... Não sei. Meu olhar sobre a Marcha hoje é muito crítico, sabe? Muito mesmo. Acho que foi uma experiência, como eu te digo, muito experimental. Por exemplo, debates como o aborto, que considero uma das pautas mais marcantes do movimento feminista, né? De várias expressões do movimento feminista. Eu não lembro de terem sido pautados. Eu também não tenho muita lembrança daquela época, mas não lembro de muitos aprofundamentos em várias questões que considero importantes. Isso não quer dizer que não houve aprofundamento, né? Lá, por exemplo, antes da Marcha, eu já tinha convívio com militância feminista (A.F., 31 anos, Organizadora, Branca).

As entrevistadas B.P e M.S, autodeclaradas negras, criticaram com uma particular ênfase, a falta de espaço para mulheres negras, lésbicas, transsexuais e periféricas na organização e nas pautas da Marcha. Elas argumentam que a Marcha reproduziu o racismo presente no movimento feminista, silenciando as demandas de mulheres negras e utilizando-as como tokens para “limpar a barra” da organização. Para a participante L.L a “ideia de mulher universal” presente na Marcha, que desconsiderava as diferentes vivências e realidades de mulheres negras, transsexuais e de classes sociais menos favorecidas.

Então, acho sim que existia um conflito de raça e classe, né? E um conflito que que foi com essa ideia de mulher universal, né? Então, é o ser mulher. Não existe um ser mulher, não existe uma forma de vivenciar a mulher. Idade, né? E o que se colocava ali, o centro do debate. Ali era a forma de viver, enquanto uma mulher branca, cisgênera de classe média, né? E as outras formas de viver o ser mulher não estavam. Não estavam colocadas ali, né? Como protagonistas. Então assim, ó, tinha mulheres negras ali, né? Tinha mulheres trans ali, OK? Só que toda a intenção da Marcha e tudo mais não, não levava em consideração essas existências e eu acho que é, é, foi-se se elaborando uma compreensão disso que combinou no fim da Marcha com olha, não nos diz respeito, né? As vadias não falam sobre todas as mulheres, não é? Então, acho que tinha um conflito muito presente ali. Acho que o é que foi o que, inclusive culminou em outras formas de se manifestar, né? É o Fim (L.L., 30 anos, Participante, Branca).

O tema da universalidade do conceito de mulher apareceu de forma recorrente, quando falamos sobre a MdV-DF, nas palavras de duas das organizadoras, por vezes dentro das estruturas que englobam as mulheres brancas, recorrer ao recurso da universalidade parece uma tendência natural pela sua facilidade, corroborando a crítica de ativistas negras que se arrasta desde os momentos iniciais de discussão do movimento feminista até a Marcha das Vadias no Distrito Federal (Saads; Rany; Nascimento, 2013).

A construção de um discurso universalista foi feita de modo tão natural que, não fosse a intervenção da militante negra citada, não teria sido possível perceber as exclusões e silenciamentos que a busca por uma solidariedade feminina abrangente, baseada no compartilhamento de experiências comuns, estabeleceu naquele espaço. Embora a maioria das participantes do grupo naquele momento fosse universitária e tivesse já uma bagagem de leituras feministas, a utilização de um recurso que há décadas vem sendo denunciado como autoritário e simplificador como é o da universalização da experiência do “ser-mulher” não foi problematizada até que culminasse no conflito direto com alguém que não concordava com as premissas da argumentação (Saads; Rany; Nascimento, 2013, p.3).

O posicionamento das autoras e de algumas ativistas do movimento, bem como das entrevistadas, explicita que, de alguma forma, as ativistas brancas da Marcha desenvolveram uma autocrítica em relação às pautas raciais e de classe. No entanto, essa autocrítica, embora tenha surgido dentro da Marcha, teve pouco sucesso na resolução dos problemas levantados. As discussões sobre o tema existiram, porém, sem uma prática ativa para resolvê-los.

A divisão entre mulheres negras e brancas e suas pautas se arrastam desde as primeiras discussões sobre os direitos das mulheres. A localização social de cada grupo na sociedade impôs limites à relação estabelecida entre esses dois grupos sociais, que,

de maneiras diferentes, têm seus corpos atrelados aos paradigmas masculinos em nossa sociedade. Lélia Gonzalez descreve como a relação entre mulheres negras e brancas se estabelece no movimento:

Enquanto isso, nossas experiências com o Movimento de Mulheres, caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não-feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão da exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar; afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado, permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher”. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era aquela da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a repressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse parte da estrutura do mesmo estado policial-militar) (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p.10).

As afirmações de Gonzalez, mencionadas no trecho acima, refletem uma realidade presente na Marcha, ainda que de forma velada. O legado da Marcha, portanto, é permeado por essa contradição: enquanto impulsionou o debate público sobre os direitos das mulheres, também reforçou estruturas de poder e privilégios dentro do próprio movimento feminista.

A busca por um espaço inclusivo para todas as mulheres no feminismo continua sendo um desafio, exigindo uma profunda reflexão sobre as estruturas de poder, os privilégios e as diferentes vivências das mulheres. Com base nos dados coletados em minha pesquisa, os maiores desafios enfrentados pela agenda feminista são o fortalecimento da diversidade em diferentes instâncias dos movimentos e a formação acerca das questões de classe e raça, visando capacitar as ativistas que se propõem a repensar os feminismos na atualidade.

3.2 Um olhar crítico sobre a Marcha das Vadias: Nome, Racismo e conflito racial

A escolha do nome “Marcha das Vadias” gerou controvérsias e divide opiniões entre as entrevistadas. Algumas delas consideram o nome “péssimo” e problemático, pois a palavra “vadia” reforça a hipersexualização e a objetificação das mulheres, especialmente

das negras, que foram historicamente associadas a essa imagem de forma negativa e violenta.

Nesse contexto, a reflexão de Jurema Werneck é particularmente relevante, pois destaca que o ato de nomear, de definir algo ou um movimento, representa uma forma de expressão de poder. A atribuição de nomes e a legitimação de certas narrativas refletem não apenas a autoridade sobre os significados, mas também a capacidade de influenciar os rumos e os discursos de um movimento.

A definição dos termos do debate feminista — como a escolha de pautas prioritárias e a centralidade ou marginalidade de certas questões — está diretamente ligada a quem exerce influência nas esferas políticas, sociais e intelectuais. Assim, o ato de nomear as lutas feministas expõe as disputas ideológicas e as assimetrias de poder nos próprios movimentos, reforçando a importância de uma análise crítica dessas dinâmicas internas.

Reconheço que a capacidade de dar nome às coisas fala de uma situação de poder. Ou seja, de uma possibilidade de ordenar o mundo segundo suas bases próprias, singularidades, desde pontos de vista individuais quanto a partir de coletividades, de povos inteiros. Trata-se de uma posição de privilégio (Werneck, 2005, p.1).

O poder de nomear, como destaca Jurema Werneck, representa um elemento fundamental na organização da sociedade moderna e na formulação dos movimentos feministas. As mulheres brancas, devido à sua posição na estratificação de classe e raça, moldam o movimento com base em vivências e experiências que refletem principalmente as realidades de seu próprio grupo social.

Em uma explanação contundente, a entrevistada B.P. caracterizou seu sentimento em relação ao nome da Marcha, expressando muitas das críticas tecidas por diversas intelectuais e ativistas negras ao longo das décadas: a nítida tendência dos movimentos feministas de abordar temas de mulheres brancas como centrais do movimento.

“A gente sempre é chamada de vadia. Eu acho que, principalmente para nós, mulheres negras que temos ou tentamos ter uma carreira intelectual ou estamos, de alguma forma, ascendendo socialmente, ocupando outros postos de trabalho, não há respeito. Uma questão central para isso é a hipersexualização. Nós somos vistas como corpos, como burros de carga: ‘vocês são fortes e vocês são para o sexo’. Então, como isso poderia ser uma reivindicação nossa? Sabe, eu quero que

alguém me olhe e pense: 'Nossa, uma trabalhadora intelectual. Nossa, uma nerd.' Eu falo: gente, ninguém olha e pensa que eu sou uma nerd, e eu sempre fui uma nerd! Ao mesmo tempo, é claro que essas coisas não são tão divididas assim. Porque, ao mesmo tempo, é claro que para qualquer mulher, especialmente para as mulheres negras, andar na rua sem que alguém te chame de vadia por algum motivo e se sentir segura é revolucionário. Então, não acho que a agenda ou o nome estejam errados. Mas eu acho que, de novo, incorporar como centralmente uma questão que é de mulheres brancas – no caso do Brasil, de uma minoria de mulheres brancas – como tema principal do feminismo, é sempre o erro. Porque isso exclui grupos que já estão historicamente excluídos e preserva o privilégio das mulheres brancas, que têm, ao menos, a capacidade de ter visibilidade para os seus temas particulares, como sempre" (B.P 39 anos, organizadora, negra).

A hipersexualização da mulher negra e a ideia de que seu lugar na sociedade está atrelado à subalternidade foram amplamente discutidas por diversas intelectuais negras, como Lélia Gonzalez, em seu texto "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira" de 1984 (Gonzalez, 1984) onde aponta que os termos "mucama, empregada doméstica, mulata do carnaval" sempre foram utilizados para se referir às mulheres negras, reforçando assim a angústia da entrevistada.

Corroborando a narrativa apresentada pela entrevistada B.P., eu também tive um profundo incômodo com o nome da Marcha, mesmo sem compreender sua origem. Todo o espaço construído pela MdV-DF parecia não ser receptivo para mim, mesmo tendo uma vivência significativa com as ativistas envolvidas e mantendo uma boa relação com elas. Porém, nunca deixei de participar das manifestações de rua e até participei da campanha fotográfica de 2012. Muitas outras ativistas, assim como eu, não viam o espaço da Marcha como atrativo, talvez porque a mudança que tanto ansiávamos não pudesse ser realizada naquele espaço; somente uma transformação em toda a estrutura social poderia satisfazer nossos anseios de jovens universitárias, como pondera Pereira.

"Consequentemente, a transformação almejada pelas ativistas não pode ser totalmente alcançada por atos de vontade ou comportamentos individuais, tampouco ignorar os aspectos da vida social que as condições opressivas a que as negras são submetidas evidenciam. Elas dizem respeito a um projeto de justiça que supõe a transformação de toda a sociedade" (Pereira, 2016, p.159).

Ainda sobre o nome, a organizadora M.M que se identifica como mulher branca e compunha a comissão de segurança, reconhece que, apesar da intenção inicial de ressignificar o termo, a palavra "vadia" não foi bem aceita pelas mulheres negras, que se

sentiram excluídas e desrespeitadas. Para ela, a apropriação do termo “vadia” reforça o estigma e a violência que essas mulheres já sofrem cotidianamente.

“Eu acho que a intenção era agregar. No entanto, eu me lembro que, na época, o principal conflito dentro da própria organização – e acho que isso ficou mais evidente um pouco depois da Marcha, quando vimos os efeitos – foi a dificuldade das mulheres negras em se articular juntamente com essa ideia de feminismo, que era majoritariamente branco e universitário. Isso se dava, em grande parte, por conta do nome da Marcha: ‘Marcha das Vadias’. Esse nome já havia sido absorvido das manifestações que ocorreram no Canadá e, portanto, partia de uma matriz branca de pensamento. Lembro que a principal reclamação das mulheres negras, especificamente, era algo assim: todas as mulheres são hipersexualizadas, mas as mulheres negras são ainda mais hipersexualizadas. Elas são mais objetificadas, colocadas em um lugar de subcidadania e, eventualmente, até de animalidade – algo que mulheres brancas não experimentam. Então, pensar que era confortável para elas participar de uma Marcha chamada ‘Marcha das Vadias’ era problemático. Afinal, elas já são chamadas de ‘vadias’ socialmente. Assim, dentro do movimento feminista e de uma organização, esse nome acabava reforçando e reiterando a mesma violência simbólica que elas já viviam no cotidiano. Essa era a dificuldade que existia, não é?” (M.M, 35 anos, organizadora, branca).

Outro ponto de vista abordado pela entrevistada M.F., participante da Marcha que se identifica como uma pessoa parda, é que, embora a escolha do nome fizesse sentido para ela enquanto estudante na época, essa escolha pode ser ofensiva e desagregadora para mulheres de diferentes origens religiosas e convicções morais.

. “É o nome que agrega, enfim. É um nome que provoca reflexões. O que você acha do nome ‘Marcha das Vadias’? Eu acho que, na época, fazia sentido, especialmente para uma estudante, como eu, que estava em formação política. No entanto, hoje já consigo perceber uma série de dissonâncias, especialmente em relação à moralidade de mulheres que pertencem a origens religiosas ou possuem valores morais diversos. Esse nome pode ser muito ofensivo para algumas mulheres nesse contexto, ainda que o propósito seja trazer à tona questões relacionadas à liberdade das mulheres em geral e à emancipação feminina. Mesmo assim, essas dissonâncias precisam ser consideradas, porque podem dificultar o diálogo e a inclusão de todas no movimento” (M.F, 32 anos, participante, parda).

Como já explicitado anteriormente, a MdV-DF cumpriu uma tarefa relevante, segundo as entrevistadas, levantando debates importantes sobre a questão da violência contra a mulher, assédio sexual e acesso à cidade. No entanto, foi perceptível a recusa da organização em incorporar as demandas das mulheres negras e discutir as questões raciais e suas implicações sociais.

A entrevistada B.P relatou que a organização se recusou a incorporar as questões raciais nas pautas da Marcha, limitando a participação de mulheres negras a “uma inclu-

são para foto”, sem espaço para diálogos e mudanças reais. C.S corroborou essa visão, afirmando que não se recorda de ações da organização para agregar mulheres negras e promover debates sobre a interseccionalidade entre raça e gênero.

A organizadora M.M, acredita que a ausência de escuta e de diálogo com as mulheres negras sobre suas demandas específicas já configurava uma atitude racista. Ela afirma que *“é muito difícil que um movimento organizado prioritariamente por pessoas brancas não vá reproduzir algum tipo de racismo”*, e que, no caso da Marcha, faltou escuta e sensibilidade para compreender as necessidades das mulheres negras.

“Então, eu acho que isso deveria, sim, ter tido mais escuta. Essa ausência de escuta, na minha opinião, é uma situação que pode ser considerada racista, começando por aí. Nos anos seguintes, eu já não posso falar porque não estava tão próxima, especialmente em termos de organização. Faltou escuta, na minha opinião. Foi potente, foi importante historicamente, e talvez, naquele momento, tenha sido o que conseguiu ser feito. No entanto, em outras reuniões e Marchas, foram relatadas situações ainda piores” (M.M, 35 anos, organizadora, branca).

A entrevistada L.L, enfatizou que o movimento de mulheres negras desempenhou um papel fundamental ao expor que o nome dado a Marcha como uma ideia restrita e excludente, incapaz de refletir a realidade e as vivências de todas as mulheres. Segundo ela, o término da archa, motivado por essas críticas, foi um progresso, pois permitiu a inclusão de vozes marginalizadas no discurso feminista.

... Eu acho que não sei se foi uma nota nacional, se foi uma nota aqui do DF, mas eu acho que é. É. Lembro de uma nota que foi muito bem, é conhecida pelas organizações da Marcha das Vadias, que era uma nota de mulheres negras, não é? É contestando essa alcunha de vadias, né? Que Pra elas reivindicar essa “vadia” é colocar o seu, a sua sexualidade de forma explicitada na rua e tudo mais. Isso não dizia respeito assim a elas, né? porque de fato existe essa hipersexualização dos corpos. Né? Acho que é um pouco daquilo, né? Que até tinha falado para uma mulher branca, cis, não é? É jovem de classe média, hetera. Isso nossa tá de peito pra fora, né? Agora, para mulheres que já são hipersexualizadas, que já são colocadas ali, como é pedaços de carne, né? Não são feitas para casar, são feitos pra prostituição. Isso só serviria para é reforçar um estereótipo que, não que não era de valorização da nossa Liberdade, não é que não era de valorização da nossa própria vontade, né? Do direito ao nosso corpo. Aí eu falo nosso enquanto mulher trans aqui, né? Enfim... (L.L, 30 anos, Participante, Branca).

A partir das contribuições obtidas nas entrevistadas com mulheres negras e brancas, compreendo que a Marcha, assim como os movimentos feministas tradicionais, contribuiu para os debates sobre problemas e questões que atingem as mulheres em geral, especi-

almente no que diz respeito à garantia de direitos mais justos e igualitários. Todavia, as limitações raciais e de classe ainda se colocavam como um impeditivo para a ampliação do movimento, o que dificultou a incorporação de todas as mulheres, negras e brancas, e, mais do que isso, a inclusão de suas pautas e demandas.

É fundamental que o movimento feminista continue a se expandir, não apenas em termos de representatividade, mas também em termos de acessibilidade para mulheres de todas as origens. A luta por igualdade de direitos deve ser inclusiva e, para isso, é necessário que as questões raciais sejam abordadas com a mesma urgência que outras pautas femininas, permitindo uma verdadeira transformação social para todas as mulheres.

3.3 Memórias e reflexões sobre a Marcha.

São inegáveis as diversas contribuições da MdV-DF para a sociedade brasileira como um todo. O movimento levou discussões antes restritas aos campi universitários e a grupos de estudos sobre gênero para outros espaços de debate social, como os partidos políticos, movimentos sociais de moradia e tantos outros. Pode-se dizer que a mensagem não foi totalmente compreendida pela maioria da população, mas a oportunidade de debater o tema foi essencial para colocar as questões de gênero em pauta na sociedade.

Além disso, é importante destacar que, embora a compreensão plena sobre as questões de gênero ainda seja um desafio, a Marcha das Vadias-DF desempenhou um papel fundamental ao abrir espaço para o debate público. Esse movimento ajudou a quebrar barreiras sociais e podemos supor que mais pessoas se envolveram na reflexão sobre desigualdades de gênero, visto a ampla participação nas manifestações de rua, que chegou em sua última edição a ter seis mil participantes.



Página do Wordpress. Disponível em: <<https://marchadasvadiasdf.wordpress.com/campanha-fotografica-feminista-por-que>></https>. Acesso em 03 nov de 2024.

Essas cenas emblemáticas, presentes em todas as edições da Marcha, também são mencionadas por C.C. e C.S., que destacam o impacto visual e simbólico da Marcha, desafiando normas sociais e provocando debates sobre a liberdade e a autonomia das mulheres. Para B.P., a força da união entre as mulheres e a energia do movimento foram os aspectos mais marcantes. A sensação de pertencimento e o poder da coletividade, expressos por meio de cantos, cartazes e pela presença massiva nas ruas, criaram um ambiente inspirador e transformador.

“A questão é a seguinte: a segurança da mulher, ou melhor, a insegurança que ela sente, é uma das pautas principais. Acredito que a grande contribuição foi não ter sido um movimento tradicional, como sair às ruas contra o estupro, inclusive com muitas de nós nuas. Isso chamou muito a atenção. De forma positiva, esse movimento conseguiu conversar com mulheres que não estavam inseridas no movimento feminista, mas que já haviam sido julgadas ou violentadas, seja psicologicamente ou sexualmente, por conta de algum estigma. Essa conversa fez toda a diferença. A pauta é feminista, mas a energia para organizar o movimento veio do feminismo; porém, ele optou por alcançar mulheres que não se identificavam

como feministas até então, mas que sentiam a violência patriarcal e, por isso, não se juntavam ao movimento. Acredito que essa estratégia foi muito eficaz, pois criou uma espécie de slogan, uma frase de impacto que falava com muitas mulheres e não estava restrita a discussões acadêmicas sobre o feminismo. Negativamente, essa estratégia chamou a atenção da mídia, que muitas vezes simplifica e distorce as mensagens. Comparando com uma passeata pela legalização do aborto, que já organizávamos, essa nova abordagem teve um alcance muito maior” (C.C 39 anos, Participante, Branca).

A campanha fotográfica de 2012, intitulada “Sou feminista por que?”, tinha a intenção de divulgar a Marcha e levar a discussão sobre o movimento a mais pessoas. Ela também foi lembrada com carinho pela organizadora A.F., que destacou como a campanha captou a diversidade de rostos e corpos presentes no evento.

Quando questionadas sobre as questões relacionadas à classe social das participantes e organizadoras, todas as entrevistadas, reafirmam que o movimento foi majoritariamente constituído por mulheres brancas, de classe média e universitárias. Embora não houvesse um conflito explícito, o fator classe estava presente na dinâmica das interações dentro do grupo.

Longe disso, foi um movimento classe média, vinculado às universidades, sobretudo as universidades públicas, né? E aí, nas redes, nas teias, pessoas que tinham contato com comunidades ou espaço dentro das cidades administrativas, por exemplo, a casa Frida, né, que já são lugares de mulheres que acolhem mulheres, né? Dentro de outras cidades é administrativa. Elas vieram participar, mas até é como foi distribuído. É e chegou porque também a gente precisa das redes de apoio, né? Não é só saber que vai acontecer, é como. Como vai chegar com quem vai chegar, qual vai ser a rede de apoio, qual vai ser o deslocamento, né? Brasília tem esse grande privilégio de ter no coração da cidade a Rodoviária, então acesso, ele está garantido, né? Mas assim como chegar aqui, ao pagar o transporte até lá o dia, beber água, todas essas que são questões é muito importante. Realmente isso tudo, não, não tornou. Não foi um espaço democratizado, né? Pensando assim na galera, foi na RAS aí E enfrentou dificuldades. É claro que, para quem já morava no plano piloto, que estava ali mais perto, já desfrutava de uma de várias ou tinha carro. Não é ter? Tinha outro tipo de Liberdade, digamos assim. Então não a Marcha ela não, ela não conseguiu não só não atingir num aspecto de classes, tá? (M.S, 37 anos, participante, negra).

O local de realização da Marcha, bem como das reuniões, dificultavam o acesso de moradoras das cidades satélites de Brasília, como enfatizou a entrevistada C.C. Ela relembrou que essa é uma questão comum a todos os movimentos sociais da cidade, devido às longas distâncias que algumas pessoas precisam percorrer para chegar ao centro.

A partir das entrevistas, fica evidente que, apesar de ter levantado importantes debates sobre a violência contra a mulher e conquistado visibilidade para as pautas feministas, a Marcha das Vadias reforçou internamente as desigualdades e hierarquias presentes na sociedade brasileira. A falta de representatividade na organização da Marcha, de mulheres negras, lésbicas, transsexuais e periféricas, assim como a dificuldade de acesso para mulheres de classes sociais menos favorecidas, revela os limites da Marcha como um movimento que se propunha a ser inclusivo e democrático.

As entrevistadas fornecem perspectivas valiosas sobre o fim da MdV-DF, apontando tensões internas, como a falta de diálogo e a resistência das organizadoras em reconhecer e enfrentar aspectos racistas em suas estruturas. A questão do conflito de classes também foi apontada como um possível motivo para o enfraquecimento da Marcha. A falta de representatividade e a desconexão com a realidade da maioria das mulheres brasileiras contribuíram para o enfraquecimento do movimento.

Apesar de todas essas questões, um evento específico trouxeram esses debates à tona: a ação da comissão de segurança em relação a um homem negro, em situação de rua. A entrevistada B.P. fez um relato contundente sobre esse momento, descrevendo a intervenção de uma participante negra que tentou defender o suposto agressor.

Para mim, aquela cena da Maria Luiza, porque assim, quando a Maria Luiza entrou e falou “não mexa com ele”, tipo assim, ela namorou só um em situação de rua, né? Tipo assim, chamou atenção. Isto não tinha como aquelas mulheres não entenderem o que elas estavam fazendo e elas continuaram. Isso foi muito feio, isso foi muito violento. Acho que isso remete a todas as nossas traumas, de pensar: “Nossa, mas podia ser meu pai, podia ser meu irmão, podia ser meu primo”, ao mesmo tempo assim, tipo, não é porque eu estou fazendo aqui, não é por isso, tipo, eu não estou lutando para que o em situação de rua, que inclusive vi na rua porque ele não tem opções, seja colocado dessa forma, nem colocado como o agressor das mulheres. E aí chegou a comissão que rapidamente o identificou como um perigo. Mas e se ele não falou nada, que se aproximou da Marcha? Ele estava ali porque ele não via ali. A gente se aproximou da casa dele, quero isso mesmo. Só que também começou a ficar muito atordoado e é isso. Era uma pessoa entorpecida, muito entorpecida ou com algum problema de saúde mental, e isso deve ter sido bem difícil. Até que esse homem saiu dali, ele saiu meio puto, e é isso para mim. Sim, aquela hora foi muito. Eu nem sei se ensino. Ora, eu consegui entender o impacto daquilo. Eu não lembro porque eu não tenho uma memória muito boa, mas essa cena dele foi muito assim. Eu, depois, né? Quando isso foi, começou a ser, mas eu acho que sim. Eu acho que na hora que estava com a Claudia também, eu acho que na hora você foi tipo “que merda”, sabe? (B.P 39 anos, organizadora, negra).

O evento mencionado pela entrevistada, amplamente discutido pelos movimentos sociais organizados no Distrito Federal, em particular as organizações de mulheres negras, remete às reflexões de Lélia Gonzalez (1984) sobre a profunda ligação das mulheres negras com esses homens. Muitas vezes, abordar essa questão se torna delicado em debates com as mulheres brancas dos movimentos feministas.

Ainda sobre o fim da Marcha, após o incidente de expulsão de um homem em situação de rua, diversos debates se seguiram sobre o evento, especialmente no grupo de e-mails da organização da Marcha. Nessa troca de mensagens, uma participante — uma mulher negra — foi expulsa da lista de e-mails por problematizar o ocorrido.

Minas brancas ficaram muito reativas, né? Ai, mas também não é tão tá? Não sei o que é teve outras Minas brancas que falaram não, a gente tem que na verdade foi assim. Tinha uma mina que é uma mina negra a A.. Ela Foi a no que mais tentou dialogar e aí rolou um de gente alucinando assim, 2 pessoas convidaram essa mina para se retirar e foi a única vez assim, todo o tempo que eu estive lá, que eu vi pessoas sendo convidadas a se retirar, né? Assim? (A.T.31 anos, organizadora, branca).

As entrevistas revelaram que a Marcha das Vadias, apesar de seu impacto na visibilidade das pautas feministas, ainda reproduz práticas tradicionais dos movimentos feministas, como ocorria em sua criação. Ao analisar o contexto da Marcha das Vadias no Distrito Federal (MdV-DF), podemos perceber que ultrapassar as barreiras de classe e raça ainda é um desafio para os movimentos feministas atuais.

Considerações finais

Ao concluir esta pesquisa, reafirmo a centralidade de uma abordagem interseccional para compreender e fortalecer os movimentos feministas contemporâneos, como foi a Marcha das Vadias no Distrito Federal. Este estudo demonstrou que as dinâmicas de gênero, raça e classe estão profundamente entrelaçadas, e ignorar essas intersecções compromete não apenas a inclusão, mas também a representatividade e a eficácia do feminismo enquanto movimento transformador. A interseccionalidade, portanto, não deve ser vista apenas como um conceito teórico, mas como uma prática fundamental na construção de alianças mais abrangentes e solidárias.

Um dos aspectos mais significativos desta investigação foi revelar como as tensões internas nos movimentos feministas, particularmente aquelas relacionadas às desigualdades raciais e de classe, dificultam a formação de alianças verdadeiramente inclusivas. A Marcha das Vadias, ainda que simbolize um marco no ativismo feminista, reflete desafios estruturais enraizados na sociedade brasileira. As críticas feitas por mulheres negras ao conceito universal de “mulher” e ao termo “vadia” revelaram a reprodução de discursos que, ao homogeneizar experiências, perpetuam exclusões internas e marginalizam vivências periféricas. Para que o feminismo seja inclusivo e eficaz, é essencial reconhecer, valorizar e integrar as especificidades das diversas lutas femininas, promovendo uma representatividade genuína.

Além disso, as entrevistas realizadas evidenciaram tensões persistentes nas relações entre feministas negras e brancas. Algumas entrevistadas relataram experiências positivas de solidariedade e colaboração, enquanto outras expressaram frustração com o compromisso insuficiente de feministas brancas em abordar questões raciais de forma consistente. Essa disparidade expõe a necessidade urgente de construir alianças baseadas no respeito mútuo e na valorização das especificidades de cada grupo. A verdadeira solidariedade exige esforço contínuo, diálogo transparente e o compromisso com o enfrentamento das desigualdades internas de forma proativa.

O incidente envolvendo o escracho contra uma pessoa negra em situação de rua exemplifica os desafios que os movimentos feministas enfrentam ao lidar com questões de racismo e outras desigualdades estruturais, como a de classe. Esse episódio revelou como práticas, mesmo quando não intencionais, podem reproduzir as opressões que os movimentos buscam combater. Reconhecer e corrigir essas falhas é um passo essencial para a transformação interna dos movimentos feministas, promovendo uma cultura de responsabilização e aprendizado.

A pesquisa reafirma que o feminismo não pode se desvincular de uma análise profunda das opressões estruturais que atravessam a sociedade. Demandas por igualdade de gênero precisam estar intrinsecamente conectadas às questões raciais e socioeconômicas. Como destacaram teóricas negras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, a ausência de uma abordagem interseccional limita a compreensão das múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres, enfraquecendo o potencial de impacto transformador do feminismo.

Acredito que o caminho para um feminismo mais inclusivo passa por reconhecer a complexidade das desigualdades estruturais, promovendo ações que respeitem e valorizem as diferenças. Apenas assim, os movimentos feministas poderão realizar seus ideais de justiça e igualdade, construindo um espaço verdadeiramente plural e transformador, onde todas as mulheres possam se ver representadas e incluídas em suas agendas e ações.

Por fim, esta dissertação se alinha ao importante debate trazido pelas feministas negras acerca da interseccionalidade para a compreensão sobre a sobreposição entre diversas formas de opressão e seus impactos sobre mobilizações sociais. Ao desafiar paradigmas estabelecidos, a pesquisa convida ao questionamento crítico das abordagens tradicionais que frequentemente tratam gênero, raça e classe de maneira fragmentada, desconsiderando suas interconexões. Ao abordar essas categorias como dimensões entrelaçadas que estruturam tanto as desigualdades sociais quanto as resistências a elas, esta dissertação analisa a Marcha das Vadias do Distrito Federal a partir de um enfoque teórico-metodológico proposto pelas feministas negras.

Além disso, ao investigar a Marcha das Vadias no Distrito Federal, a pesquisa não apenas amplia o entendimento sobre esse movimento em particular, mas também contribui para a literatura acadêmica ao evidenciar como movimentos sociais contemporâneos enfrentam e reproduzem tensões relacionadas às opressões estruturais. A abordagem interseccional utilizada dialoga diretamente com o trabalho de teóricas como Kimberlé Crenshaw, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, reforçando a importância de integrar perspectivas críticas e históricas nos estudos feministas e nas ciências sociais.

A pesquisa aqui apresentada, sobre a Marcha das Vadias do Distrito Federal reforça a necessidade de que estudos futuros sobre movimentos sociais considerem tanto as suas potências transformadoras quanto as suas contradições internas. Por outro lado, a análise das dinâmicas de exclusão dentro da Marcha oferece uma crítica construtiva às práticas organizacionais e discursivas do movimento, levantando questões sobre como a partir das referências teóricas das ciências sociais podem contribuir para a transformação dessas práticas. Essa contribuição vai além da descrição dos problemas ao propor reflexões teóricas e práticas que incentivem a construção de movimentos feministas mais inclusivos e representativos.

Em suma, esta pesquisa reafirma a importância de adotar uma perspectiva interseccional nos estudos acadêmicos sobre feminismos, movimentos sociais e justiça social. Ao desafiar os limites das abordagens tradicionais e pensar as questões de sobre gênero, raça e classe pela ótica de uma mulher negra, a dissertação contribui para a renovação e expansão das ciências sociais, abrindo caminhos para reflexões mais profundas e transformadoras sobre as desigualdades estruturais e as formas de enfrentá-las.

Referências

- ABRAMO, F. P. **MULHERES BRASILEIRAS E GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO**. [S.l.], 2010.
- ALMEIDA, T. M. C. de; PEREIRA, B. C. J. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES PRETAS E PARDAS NO BRASIL: REFLEXÕES PELA ÓTICA DOS ESTUDOS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS**. [S.l.], 2012. 42 – 63 p.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. n. 43, p. 13 – 56, 7 2014.
- ALVAREZ, S. E. *et al.* **ENCONTRANDO OS FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS**. [S.l.], 2003. 541 – p.
- BAIROS, L. **NOSSOS FEMINISMOS REVISITADOS**. [S.l.], 1995. 458 – 463 p.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. v. 31, n. 1, p. 15 – 24, 1 2016.
- COSTA, C. de L.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. 2005.
- DAVIS, A. **Angela Davis Mulheres, Raça e Classe**. [S.l.: s.n.], 2016.
- DF, M. das vadias do. **Carta de princípios da Marcha das Vadias do Distrito Federal**. 2013.
- DOVE, N. Mulherisma Africana: Uma teoria afrocêntrica. v. 28, p. 515 – 539, 1998.
- FERREIRA, C. Marcha das Vadias tem tumulto em frente a igreja em Copacabana. Rio de Janeiro, 2012.
- GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil**. [S.l.], 2014. Disponível em: <http://www.ted.com>.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de americanidade. 1988.
- GONZALEZ, L. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, p. 223 – 244, 1984.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **LUGAR NEGRO**. [S.l.: s.n.], 1982. v. 3.
- HOOKS bell. INTELECTUAIS NEGRAS. In: HOOKS bell (Ed.). Florianópolis: [s.n.], 1995. v. 3.
- HOOKS bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. n. 16, p. 193 – 210, 4 2015.
- HOOKS bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. [S.l.: s.n.], 2018. v. 1.
- JUREMA WERNECK. De ialodês e feministas. 2005.

- KIMBERLE CRENSHAW. Mapping the margins: Intersectionality identity politics, and violence against women of color. 1991.
- LUGONES, M. **Pensamento feminista hoje perspectivas decoloniais**. [S.l.: s.n.], 2020.
- MCNICOL, L. M. **Slutwalk is kind of like feminism**: A critical reading of Canadian mainstream news coverage of Slutwalk. 2012. Dissertação (Curso de Cinesiologia e estudos de Saúde) — Queen's University.
- PATRICIA HILL COLLINS; SIRMA BILGE. **Interseccionalidade**. Boitempo editorial. [S.l.: s.n.], 2021.
- PEREIRA, A. C. J. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras**: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. 2016. Tese (Doutorado).
- PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista no Brasil. v. 31, n. 3, 2023.
- PINTO, A. F. M. Do trágico ao épico: a Marcha das Vadias e os desafios políticos das mulheres negras. 2013.
- PISCITELLI, A. **RE-CRIANDO A (CATEGORIA) MULHER?** [S.l.], 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.
- RUSH, C. Cop Apologizes for 'Sluts' Remark at Law School. **Caderno GTA**, 1995.
- SAADS, L.; RANY, L.; NASCIMENTO, O. ENTRE MULHERES NÔMADES: REFLEXÕES SOBRE O "SUJEITO FEMINISTA" E O DIÁLOGO ENTRE DIFERENTES NA MARCHA DAS VADIAS-DF. v. 10, 2013. Disponível em: <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com>.
- SUELI CARNEIRO. Mulheres em Movimento. In: SUELI CARNEIRO (Ed.). **Estudos avançados 49**. São Paulo: USP, 2003a. (49, v. 17), p. 117 – 133. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 01/01/2025.
- SUELI CARNEIRO. Mulheres em movimento. In: USP (Ed.). 49. ed. [S.l.: s.n.], 2003b. v. 17, p. 117 – 133.
- WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo Criola-Organização de Mulheres Negras. 2010.
- WERNECK, J. **O livro da saúde das mulheres negras**. [S.l.: s.n.], 2006.
- ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. 2021.

Anexos

Anexo 1: MANIFESTO 2012 – POR QUE MARCHAMOS? - Carta Manifesto da Marcha das Vadias/DF 2012

Por que marchamos?

Em 2011, fomos duas mil pessoas marchando por uma sociedade sem violência contra a mulher. No DF, marchamos porque houve cerca de 684 inquéritos policiais em crimes de estupro – uma média de duas mulheres violentadas por dia -, e sabemos que ainda há várias mulheres e meninas abusadas cujos casos desconhecemos. Marchamos porque muitas de nós dependemos do precário sistema de transporte público do Distrito Federal, que nos obriga a andar longas distâncias sem qualquer segurança ou iluminação para proteger as várias mulheres que são abusadas sexualmente ao longo desses trajetos.

Dia 26 de maio deste ano, continuaremos marchando porque, no Brasil, aproximadamente 15 mil mulheres são estupradas por ano e, mesmo assim, nossa sociedade acha graça quando um humorista faz piada sobre estupro. Marchamos porque o nosso Superior Tribunal de Justiça inocentou um homem que estuprou três meninas de 12 anos alegando que elas já se prostituíam, culpabilizando as vítimas, ignorando sua situação de vulnerabilidade e negando a falência do próprio Estado, incapaz de garantir uma vida digna para que meninas tão novas não fossem levadas a serem exploradas sexualmente. Marchamos porque vivemos em uma sociedade onde homens são capazes de planejar e executar um estupro coletivo de seis mulheres como “presente de aniversário”. Marchamos pelo direito ao aborto legal e seguro,

porque não queremos Legislativo, Judiciário ou Executivo interferindo em nossos úteros para nos dizer que um aborto é pior que um estupro. Marchamos principalmente para que as mulheres pobres, que abortam em condições desumanas, não continuem sendo criminalizadas e levadas à morte pela negligência e perseguição do Estado, como no caso recente em que o Tribunal de Justiça de São Paulo levará uma mulher acusada de aborto a Juri Popular a pedido do Ministério Público. Marchamos porque o Brasil ocupa, vergonhosamente, o 7º lugar em homicídio de mulheres e porque, a cada 15 segundos lendo este Manifesto, uma mulher é agredida em algum canto do país.

Continuaremos marchando porque nos colocam rebolativas e caladas como mero pano de fundo em programas de TV nas tardes de domingo e utilizam nossa imagem semi-nua para vender cerveja, vendendo a nós mesmas como mero objeto de prazer e consumo dos homens. Continuaremos marchando porque vivemos em uma cultura patriarcal que aciona diversos dispositivos para reprimir a sexualidade da mulher, nos dividindo em “santas” e “putas”, e a mesma sociedade que explora a publicização de nossos corpos

– voltada ao prazer masculino– se escandaliza quando mostramos o seio em público para amamentar nossas/os filhas e filhos. Continuaremos marchando porque mulheres ainda são minoria em cargos de poder e recebem em média 70% do salário dos homens. Continuaremos marchando porque há trabalhos desempenhados por uma maioria feminina que não são reconhecidos, nem dotados de valor econômico, porque as trabalhadoras domésticas são invisibilizadas, exploradas, discriminadas e não têm assegurados alguns dos direitos fundamentais mais básicos do trabalho. Continuaremos marchando porque prostitutas fazem parte do funcionamento de uma sociedade machista e hipócrita que, ao mesmo tempo em que se utiliza de seus corpos, insiste em negar suas cidadanias.

Marchamos contra o racismo porque durante séculos nós, mulheres negras, fomos estupradas e, hoje, empregadas domésticas são violentadas, assim como eram as mucamas. Marchamos pelas crianças negras que são hostilizadas pela cor de sua pele, por seus cabelos crespos e são levadas a negar suas identidades negras desde a infância, impelidas a aderir ao padrão de beleza racista vigente. Marchamos porque nossa sociedade racista prega que as mulheres negras são “putas” por serem negras, tratando-nos como mulas, mulatas e objetos de diversão, desprovidas de dor e pudor. Marchamos porque nós negras vivenciamos desprezo

e desafeto reduzindo nossas possibilidades afetivas; “Vadia” enquanto estigma recai especialmente sobre nós negras, por isto marchamos em repúdio a esta classificação preconceituosa e discriminatória de nosso pertencimento étnico-racial.

Marchamos pela saúde das mulheres negras, porque temos menos acesso aos serviços de saúde, porque nos negam pré-natais, cesarianas e anestésias por acreditarem que somos animais e não sentimos dor, porque sofremos tentativas de extermínio ao sermos submetidas a esterilizações cirúrgicas sem nosso consentimento, porque somos as que mais morremos em virtude de abortos clandestinos e de complicações no parto, porque nos oferecem atendimento inadequado por terem nojo de nossos corpos negros. Marchamos pelas cotas raciais nas universidades públicas, porque temos menos acesso à informação e ao ensino superior e queremos ser mestras, doutoras e ter autoridade do argumento para escrever nossas próprias histórias. Marchamos para exigir providências contra as ameaças dirigidas a nós da Marcha das Vadias e às/os estudantes da Universidade de Brasília, proferidas por grupos de ódio que insultam mulheres, negros/as e homossexuais. Marchamos porque não vamos deixar que o medo nos silencie. Marchamos também porque nós, mulheres indígenas, lideramos os índices de mortalidade materna e há mais de quinhentos anos sofremos agressões e estupros como arma do genocídio social e cultural de nossos povos. Marchamos porque mulheres e meninas indígenas têm suas necessidades específicas ignoradas pelo governo, que negligencia o fato inaceitável de que, no mundo, uma em cada três indígenas é estuprada durante a vida e que, no Brasil, muitas mulheres

e meninas indígenas são levadas à prostituição e ao trabalho escravo pela condição de extrema pobreza em que vivem.

No mundo, marchamos porque desde muito novas somos ensinadas a sentir culpa e vergonha pela expressão de nossa sexualidade e a temer que homens invadam nossos corpos sem o nosso consentimento; marchamos porque muitas de nós somos responsabilizadas pela possibilidade de sermos estupradas, quando são os homens que devem ser ensinados a não estuprar; marchamos porque mulheres lésbicas de vários países sofrem o chamado “estupro corretivo” por parte de homens que se acham no direito de puni-las para corrigir o que consideram um desvio sexual. Marchamos porque, como reflexo desse cenário de opressão e subordinação, 70% das mulheres com deficiência intelectual, como a síndrome de down, já sofreram abuso sexual, cometido muitas vezes por seus próprios cuidadores e/ou familiares. Marchamos porque ontem um pai abusou sexualmente de uma filha, porque hoje um marido violentou a esposa e, nesse momento, várias mulheres e meninas estão tendo seus corpos invadidos por homens aos quais elas não deram permissão para fazê-lo. Marchamos porque há poderes institucionalizados que banalizam todas essas violências, porque o Estado não toma todas as medidas necessárias para prevenir as nossas mortes e porque estamos cansadas de sentir que não podemos fazer nada por nossas irmãs agredidas e mortas diariamente.

Mas podemos.

Já fomos chamadas de vadias porque usamos roupas curtas, já fomos chamadas de vadias porque transamos antes do casamento, já fomos chamadas de vadias por simplesmente dizer “não” a um homem, já fomos chamadas de vadias porque levantamos o tom de voz em uma discussão, já fomos chamadas de vadias porque não seguimos o que a sociedade ou a nossa família esperava de nós, já fomos chamadas de vadias porque andamos sozinhas à noite e fomos estupradas, já fomos chamadas de vadias porque ficamos bêbadas e sofremos estupro enquanto estávamos inconscientes, por um ou vários homens ao mesmo tempo, já fomos chamadas de vadias quando torturadas e curradas durante a Ditadura Militar e em todos os regimes carcerários antes e depois disso. Já fomos e somos diariamente chamadas de vadias apenas porque somos MULHERES.

Mas, hoje, marchamos mais uma vez para dizer que não aceitaremos que palavras e ações sejam utilizadas para nos agredir. Nenhuma palavra mais vai nos parar, impedir, restringir ou dividir, pois os direitos das mulheres são de todas. Enquanto, na nossa sociedade machista, algumas forem invadidas e humilhadas por serem consideradas vadias, TODAS NÓS SOMOS VADIAS. E somos todas santas, e somos todas fortes, e somos todas livres para ser o que quisermos! Somos livres de rótulos, de estereótipos e de qualquer tentativa de opressão masculina à nossa vida, à nossa sexualidade e aos nossos corpos. Estar no

comando de nossa vida sexual não significa que estamos nos abrindo para uma expectativa de violência, e por isso somos solidárias a todas as mulheres estupradas em qualquer circunstância, porque tiveram seus corpos invadidos, foram agredidas e humilhadas, tiveram sua dignidade destroçada e muitas vezes foram culpadas por isso. O direito a uma vida livre de violência, o direito à expressão da própria sexualidade e a autonomia sobre o próprio corpo são alguns dos direitos mais básicos de toda mulher, e é pela garantia desses direitos fundamentais que marchávamos há um ano, marchamos hoje e marcharemos até que todas sejamos livres.

Marcharemos para que não restem dúvidas de que nossos corpos são nossos, não de qualquer homem que nos assedia na rua, nem dos nossos pais, maridos ou namorados, nem dos pastores ou padres, nem dos Congressistas, nem dos médicos ou dos consumidores. Nossos corpos são nossos e vamos usá-los, vesti-los e caminhá-los por onde e como bem entendermos. Livres de violência, com muito prazer e respeito!

Negras, brancas, indígenas, estudantes, trabalhadoras, prostitutas, camponesas, transgêneras, mães, filhas, avós. Somos de nós mesmas, somos todas mulheres, somos todas vadias!

Anexo 2: Perguntas norteadoras para as entrevistas:

Identificação:

- 1) Qual o seu nome?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) -Qual a Sua Raça/cor?
- 4) Aonde Mora ou morava?
- 5) Qual o seu Nível de escolaridade?
- 6) Estudou em Universidade pública? Qual?
- 7) Qual o nível de escolaridade de seus pais?
- 8) Como você definiria você e a sua família socioeconomicamente? classe baixa, classe média ou classe alta?

Perfil:

- 1) Como foi a sua Partição na marcha das vadias DF? Organizadora ou participante?
- 2) Você participava de outros movimentos sociais/políticos antes? Movimento negro, de Mulheres? Feminista? Partidário?
- 3) Você considera a marcha um movimento dentro do movimento feminista?

Da Marcha:

- 1) Na sua experiência, qual foi a maior contribuição da marcha para a sociedade?
- 2) Você considera que a marcha foi um movimento que agregou todas as mulheres?
- 3) O que pensa sobre o nome da Marcha?
- 4) Relate qual foi o evento mais marcante da Marcha?
- 5) A marcha tenha espaço para todas as mulheres?
- 6) Você considera que a marcha e suas organizadoras tiveram alguma atitude racista no decorrer dos anos?

- 7) Relate a partir de sua experiência, como foi o evento que culminou no fim da marcha no DF?
- 8) Você acredita que a marcha existia um conflito racial?
- 9) Você acredita que existia um conflito de classes no interior da Marcha?
- 10) Em sua opinião como foi a participação de mulheres negras e periféricas na marcha?

